

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE  
CURSO DE PSICOLOGIA**

**MARIA CECÍLIA BURGOS PAIVA LEITE**

**Discussão das implicações do Projeto  
de Lei Gabriela Leite para travestis e  
mulheres transgêneras**

São Paulo

2016

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE  
CURSO DE PSICOLOGIA**

**MARIA CECÍLIA BURGOS PAIVA LEITE**

**Discussão das implicações do Projeto  
de Lei Gabriela Leite para travestis e  
mulheres transgêneras**

Trabalho de conclusão de curso como  
exigência parcial para a graduação no curso de  
Psicologia, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra Flavia

Hime

São Paulo

2016

## **Agradecimentos:**

Obrigada à minha orientadora Flávia, que, com sua calma, bom humor e disponibilidade me deu total apoio, liberdade e confiança para que eu pudesse elaborar este trabalho da forma que eu quisesse.

Gostaria de agradecer também, nesse momento de conclusão de curso na Psicologia da PUC, aos meus pais que proporcionaram meus estudos, desde a sua base, até essa etapa de graduação. Obrigada por todos os recursos que me deram, não apenas financeiros, mas também de tantas outras ordens.

Obrigada a todas as pessoas que estiveram presentes em minha vida, no meu dia a dia, minhas amigas, companheiras, parceiras de vida, que, com certeza contribuíram muito para eu ser quem hoje eu sou, nos âmbitos profissionais, pessoais, emocionais e que, de certo, se refletiram durante todo o processo de construção desta pesquisa. Destaco aqui Laura, Pati e Rita, que exerceram papel fundamental para eu ser quem hoje sou, além de estarem presentes em partes importantes na minha formação enquanto psicóloga.

Obrigada principalmente, a todas as companheiras de luta, que ao longo de todo o meu contato com a militância, me fizeram ver, pouco a pouco e, cada dia mais, a necessidade, importância e o prazer de reivindicar por mais direitos, por nossas (re)existências, por nossos corpos, por nossas possibilidades, por nossas libertações, por nossos amores, por nossa saúde mental. Nossa luta é todo dia, é toda hora.

Um obrigada especial para todas as mulheres trans, todas as travestis e todas as putas com quem conversei enquanto ainda tinha essa pesquisa como uma possível ideia, e que me deram toda força para seguir em frente, sempre me ajudando, me orientando.

Obrigada a todas que me concederam as entrevistas, parceiras de luta, exemplos de fortaleza. Participaram dessa pesquisa, com todo o impacto de seus discursos e vivências, tão singulares e tão especiais. Essas falas contribuem imensamente para as reflexões de qualquer pessoa que as leia. Sem vocês essa pesquisa não poderia existir.

Sei que estamos fazendo nossa parte; enquanto o mundo vai girando, vamos colocando-o de ponta-cabeça.

*"Companheira me ajude, que eu não quero andar só,  
eu sozinha ando bem, mas com você,  
ando melhor"*

## **RESUMO**

Esta pesquisa busca discutir as implicações para travestis e mulheres transgêneras do Projeto de Lei Gabriela Leite, que tem em sua proposta modificações das leis atuais, de forma a regulamentar a prostituição no Brasil. Utilizando os pressupostos da Psicologia Social, busca-se compreender o atual cenário legislativo e social que permeia a as pessoas que atuam como profissionais do sexo, com foco no recorte de identidades de gênero travestis e mulheres trans, considerando as especificidades desse grupo de pessoas. Propõe-se, com esta pesquisa, oferecer possíveis contribuições da psicologia para o debate, visando endereçar outras perspectivas em relação ao Projeto de Lei Gabriela Leite. Esta é uma pesquisa qualitativa, que tem por objetivo expressar o sentido dos fenômenos trazidos pelas participantes durante as entrevistas semi-dirigidas realizadas com três participantes que se identificam como mulheres trans ou travestis e atuam como profissional do sexo. A pesquisa em questão apresenta caráter exploratório. Os resultados apontaram para a transfobia institucional, altos índices de vulnerabilidade social na vida das entrevistadas, acentuadas não apenas pela questão de gênero, mas também pela profissão. Fica claro que, ainda que o Projeto de Lei possa ser benéfico, há demandas de outras ordens para essa população da pesquisa, para além do PL.

Área de Conhecimento conforme Tabela do CNPq: 7.07.05.03-8

Papéis e Estruturas Sociais; Indivíduo

Orientadora: Flavia Hime

Orientanda: Maria Cecília Burgos P. Leite

Palavras-chave: Gabriela Leite, prostituição, transgêneros

## Sumário

<b>1. Introdução</b>	7
a. Contextualização e cenário social	8
b. Projeto de Lei Gabriela Leite	10
<b>3. Identidade de gênero</b>	13
Vulnerabilidades sociais	18
<b>4. Tipo de pesquisa</b>	27
• Instrumentos	27
• Participantes	28
• Local de pesquisa	28
• Procedimento	28
• Procedimento de Análise dos Resultados	29
• Cuidados Éticos	29
<b>5. Resultados</b>	32
<b>6. Análise e Discussão</b>	34
• Transfobia nos históricos familiares e relações institucionais	34
• Questão identitária: mulher trans e travesti	40
• Espera-se que travesti seja puta	48
• “Uma vez puta, sempre puta”	52
• ...E a lei?	61
<b>7. Considerações Finais</b>	72
<b>8. Referências</b>	77
<b>9. Bibliografia Consultada</b>	80
<b>10. Anexos</b>	83
ANEXO I	83
ANEXO II	84
ANEXO III	86
ENTREVISTADA 1:	86
ENTREVISTADA 2:	99
ENTREVISTADA 3:	108

## **1. Introdução**

Propõe-se, com esta pesquisa, oferecer possíveis contribuições da Psicologia para esse debate, visando esclarecer ou endereçar perspectivas em relação ao Projeto de Lei Gabriela Leite e suas implicações.

Para a execução dessa pesquisa é necessário um estudo do atual cenário da prostituição no Brasil: a que vivências as profissionais do sexo se submetem, como são vistas pela sociedade, como se dá a relação com o Estado, quais são as dinâmicas dessa profissão e como isso se reflete da vida do sujeito que a pratica. A partir disso é possível compreender melhor o Projeto de Lei Gabriela Leite, que tem em sua proposta modificações das leis atuais, de forma a regulamentar a profissão.

É relevante compreender o recorte das mulheres transgêneras e travestis, a começar pela discussão da questão da identidade de gênero e suas implicações, para, então, se compreender o porquê de tantas pessoas com essas identidades irem para a prostituição.

Esse trabalho apresentará sua fundamentação teórica nos supostos da psicologia sócio-histórica.

Esse estudo está organizado da seguinte maneira: será apresentado um capítulo teórico que discorrerá sobre o atual cenário brasileiro, uma apresentação do PL e sua proposta, bem como do recorte identitário. Apresenta-se em seguida o Método, seguido de análise e discussão e por fim, as considerações finais.

As referências estão no fim do trabalho, junto com os anexos - transcrição de entrevistas, perguntas norteadoras e termo de consentimento livre e esclarecido.

## 2. Capítulo Teórico

### a. Contextualização e cenário social

No Brasil, profissionais do sexo atuam em todo território, no entanto a atividade só foi reconhecida enquanto profissão pelo Ministério do Trabalho em 2002, após anos de luta para que fizesse parte da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO).

Atualmente a legislação brasileira não concede direitos aos profissionais do sexo, não há uma regulamentação, tampouco uma tipificação da exploração sexual de forma clara.

*"Entendida objetivamente como o "comércio habitual do próprio corpo para satisfação sexual de indiscriminado número de pessoas", a prostituição não é objeto do Código Penal Brasileiro instituído pelo Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e ainda em vigor (Delmanto, 1991, p. 371). Ou seja, a legislação penal que orienta o sistema de justiça criminal criminaliza somente atividades correlatas à prostituição. Como ocorria nos códigos anteriores, persiste o entendimento de que a prostituição em si não constitui crime. Ainda assim, ao tipificar como crime as referidas atividades, o Código Penal atribui ao sistema de justiça criminal, e em particular à polícia, papel de destaque no enfrentamento da questão." (RODRIGUES, 2004)*

É sabido que os estigmas intervêm nas relações sociais (GOFFMAN, 1982), fator que fica ainda mais evidenciado diante de sujeitos que performam de formas normativas, *versus* sujeitos que se destacam por não corresponderem a essas normatividades. Estes, segundo o próprio autor, seriam os "desacreditados".

Quando se fala em travestis e mulheres trans, já estariam inseridas nessa categoria por serem consideradas como possuidoras de corpos abejtos (discussão acerca desse tema adiante). Ao se falar de

profissionais do sexo, isto se reafirma ainda mais, configurando-se um estigma duplo, ainda mais potencializado.

Pensar na prostituição no Brasil é pensar também em recortes de gênero. Além das travestis e mulheres transgêneras, há um grande número de mulheres cisgêneras (designadas mulheres ao nascerem e assim se identificam) que exercem a função. Pode-se pensar isso como mais um dos resquícios da sociedade patriarcal, em que o corpo da mulher é, novamente, objetificado, comercializado e hipersexualizado.

Considerar os recortes de etnia e classe, também se faz necessário para uma melhor compreensão desses cenários, uma vez que muitas das pessoas que trabalham com prostituição estão, ao menos inicialmente, em situação de baixa renda.

Há uma relação de poder, hierárquica, entre quem compra os serviços e quem os oferece. São necessários clientes para que o trabalho possa ser exercido e, assim, há remuneração. Muitas vezes as pessoas que trabalham com isso optam por manter-se no anonimato, usando nomes outros no ambiente de trabalho, escondendo suas reais atividades de familiares e pessoas de sua convivência. Esses são sujeitos "desacreditados".

A falta de legislação que abarque qualidades melhores para a execução desse trabalho faz com que os ambientes e condições para que isto ocorra sejam muitas vezes precárias, o que leva ao grande número de ataques, crimes de ódio, extorsão por parte dos clientes, bem como da polícia que é quem, atualmente, exerce maior controle coercitivo em relação às prostitutas no Brasil, devido à falta de regulamentação.

O número de estupros e abusos sofridos pelas profissionais do sexo também são alarmantes, reflexos, dentre outras coisas, da mentalidade que considera que seus corpos existem para servir única e exclusivamente a esse objetivo sexual.

Ao mesmo tempo em que o mercado da prostituição no Brasil continua movimentado e utilizado por pessoas das mais diversas classes sociais, ainda é uma profissão deslegitimada pela sociedade; reflexos disso aparecem, inclusive, em xingamentos da nossa própria língua. Homens que utilizam esse serviço dificilmente assumem perante a sociedade que recorrem a ele, mantendo essas profissionais em estado de exclusão.

Segundo Foucault (1975;1999), são excluídas as pessoas que denunciam alguma coisa que é inconveniente para o *status quo*, como as crianças e os loucos, por exemplo. As profissionais do sexo denunciam muitos aspectos que a sociedade nega enxergar, preterindo-as e colocando-as sob controle, de forma a cercear sua liberdade de expressar-se.

## **b. Projeto de Lei Gabriela Leite**

Vale ressaltar que Gabriela Leite, mulher cujo nome o Projeto de Lei reverencia, lutava e militava pelos direitos das profissionais do sexo. Em sua fala, preferia utilizar-se do termo 'puta', sob a justificativa de que:

*"Eu gosto dessa palavra desde sempre. Eu acho uma palavra sonora, quente, e que eu acho que toda puta, se não vivesse com tanto estigma em suas cabeças, elas usariam. E eu acho que a gente começaria até a vencer o preconceito antes. Porque as pessoas iam levar um choque e depois iam dizer: "Ah, é verdade. É verdade, ela é uma puta". Por que eu comecei a pensar nisso, por que eu gosto do nome. Por causa das minhas filhas. Por conta das filhas das minhas colegas também. Eu que nunca fui uma grande mãe eu pensei nisso. Eu pensei, eu tenho colegas que são grandes mães, mas que não querem que as filhas saibam que elas são putas. Eu que não sou uma grande mãe, ficava preocupada, por que que minhas filhas eram 'filhas da puta', isso é; o maior palavrão da sociedade. Isso é horrível. Então a gente tem que mudar. 'Filhas da puta'*

*tem que ser um nome de orgulho pras filhas da gente. Então é esse meu pensamento. E também acho que se a gente não toma as palavras pelo chifre e assume elas, a gente não muda nada” (LEITE, G. 2013)<sup>1</sup>*

A proposta de se debater o projeto de lei se deu a partir da necessidade de problematizar as atuais condições de trabalho e os cenários de explorações e violências físicas, psicológicas e sociais que as pessoas que atuam como profissionais do sexo vivenciam cotidianamente (RODRIGUES, 2004).

A presente pesquisa se direciona a partir da proposta do Projeto de Lei Gabriela Leite/2012, do deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ), que visa a regulamentação da atividade das profissionais do sexo,

*“O objetivo principal do presente Projeto de Lei não é só desmarginalizar a profissão e, com isso, permitir, aos profissionais do sexo, o acesso à saúde, ao Direito do Trabalho, à segurança pública e, principalmente, à dignidade humana. Mais que isso, a regularização da profissão do sexo constitui instrumento eficaz ao combate à exploração sexual, pois possibilitará a fiscalização em casas de prostituição e o controle do Estado sobre o serviço.*

*Impor a marginalização do segmento da sociedade que lida com o comércio do sexo é permitir que a exploração sexual aconteça, pois atualmente não há distinção entre a prostituição e a exploração sexual, sendo ambos marginalizados e não fiscalizados pelas autoridades competentes. Enfrentar esse mal significa regulamentar a prática de prostituição e tipificar a exploração sexual para que esta sim seja punida e prevenida.” (WYLLYS, 2012 )*

Entretanto, para uma melhor compreensão da proposta do deputado, será necessário discutir o que se entende por marginalização dessa profissão, quais são as vulnerabilidades sociais

---

<sup>1</sup>Gabriela Leite em entrevista feita em 2013 para os extras do documentário, "Um Beijo para Gabriela".

que esse segmento da sociedade apresenta, considerando-se a visão de diferentes autores e pesquisadores.

Com isso, serão tecidas reflexões a respeito do significado dessa regulamentação para as profissionais do sexo, que benefícios, responsabilidades e regras essas modificações podem trazer e pensar-se á de que modo uma ocupação tão estigmatizada será vista, do ponto de vista das próprias profissionais que nela atuam, diante da perspectiva de ser inserida em grupo de atividades que detêm direitos e deveres. Em síntese, como é vista a regulamentação da profissão pelas profissionais do sexo travestis e trans, considerando-se o estigma social; este passa por um viés que se localiza para além da sua construção e elaboração pelo legislativo, abrangendo também os âmbitos cultural e social.

A partir dessa perspectiva, será possível estudar o lugar que as travestis e mulheres transgêneras ocupam na prostituição, visando compreender se esse projeto de lei é visto como uma proposta benéfica por essas profissionais.

### 3. Identidade de gênero

A população investigada nesta pesquisa foram pessoas com identidade de gênero <sup>2</sup> de mulheres transgêneras e travestis.

Tornou-se comum, no meio científico tradicional, conceituar o sexo com base na condição biológica do indivíduo, fazendo com que homens e mulheres sejam definidos a partir de características sexuais primárias e secundárias. Construiu-se então a concepção de gênero e identidade de gênero. *"Tendo o termo gênero utilizado para referência a construções sociais e culturais do feminino e masculino, utilizadas também para estabelecer expectativas dos "papéis sociais" <sup>3</sup> a serem desempenhados por homens e mulheres"* (SOUZA, 2012).

Essa discussão toma forma a partir do movimento feminista dos anos 60, em que as mulheres feministas discutiam o patriarcado e suas implicações nas relações de dominação masculina e submissão feminina, dando subsídios a uma luta direcionada a direitos iguais entre os gêneros.

As noções de sexo, gênero e identidades de gênero socialmente aceitas se inter-relacionam. Todas são conceitos derivados de processos políticos e regulatórios presentes no contexto sócio-histórico e cultural em que o sujeito está inserido. Foucault (1979) chama de "discurso científico legitimado", que faz com que a expressão desses conceitos seja marcada e considerada dentro ou fora das normas sociais, que, por sua vez, agem como mecanismos de poder na sociedade.

Mais recentemente, Butler (2003) retoma a discussão trazida por Foucault e considera as concepções de Lacan (1969) acerca do

---

<sup>2</sup> Entende-se aqui a identidade de gênero auto-declarada, isso é, como a pessoa se identifica em seus papéis de gênero na sua vida, englobando identidades travestis, transgêneros binários e não-binários.

<sup>3</sup> Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil

discurso, para afirmar que tanto o sexo quanto o gênero só existem a partir deste, uma vez que envolvem uma performatividade que se dá a partir da linguagem, que regula e disciplina os corpos.

Nesse contexto, vale a pena se atentar ao conceito de performatividade que Butler, a partir dos questionamentos de Derrida (1988) acerca desse termo, entende como referência para o conceito de gênero, juntamente à ideia de repetição.

*"(...)Usa 'performatividade', para dizer que o ato performativo torna real e produz aquilo que nomeia ou atua (enquanto gesto e comportamento) e 'repetição', por que este ato é sempre uma citação de algo, é referido a um código e, por isso mesmo, é efetivo. São citações e repetições, entretanto, baseadas em convenções. (...) Está pressuposto que, se há inteligibilidade de per si daquilo que foi escrito ou falado, há autonomia e desvinculação em relação a um original, há existência separada" (PORCHAT, 2014, p.86).*

Butler entende que as possibilidades de transformações do gênero estão nas atuações de repetições subversivas, intencionalmente ou não, isto é: a partir dos modelos de estereótipos de gênero (que são moldados a partir do contexto sócio-histórico, portanto não são estáticos), as pessoas, em suas performatividades, podem reproduzi-los ou podem transgredi-los em sua reprodução, fazendo uma performatividade não normativa. Em suas palavras:

*"Se os atributos e atos do gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural, são performativos, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou um atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma*

*identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora. O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções do sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são construídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória.” (BUTLER, 2003, p. 200).*

Nesse trecho, fica evidente que existem relações de poder presentes na imposição das normas de gênero, obedecendo a uma estrutura sistêmica vigente do patriarcado, que conta com a dominação masculina, heterossexual, com poder aquisitivo e branco, atravessando os recortes de gênero, classe, cor e orientação sexual.

Esse mesmo poder controlador tenta impedir outras possibilidades (as transformações e repetições subversivas) do caráter performativo de gênero, que abre novas possibilidades de expressões e identidades de gênero.

Todo o conceito por trás da noção de 'performatividade' permite que tanto as expressões de gênero dominantes quanto as não-dominantes (os gênero não-inteligíveis) estejam em uma mesma posição, desconstruindo os valores atrelados e pré-concebidos de uma suposta coerência entre as expressões de gênero e suas classificações segundo graus de normalidade e patologia.

No entanto, no nosso atual contexto histórico, político e social, gênero ainda é considerado a partir de uma complexidade discursiva de instituições do Estado e da Igreja, presentes nas ciências biológicas, no discurso médico e no discurso jurídico, que buscam uniformizar as identidades de gênero a partir de práticas reguladoras

dos corpos, punindo aqueles que não desempenham seu gênero de forma “correta”, segundo as normas, os chamados corpos ‘não-conformes’.

Considerando isso, as concepções de gênero se constroem a partir dos ideais normativos da sociedade, que buscam estabelecer uma relação, também normativa, entre sexo e gênero.

Focalizando a população a ser estudada, as chamadas “identidades trans” (nomenclatura que busca englobar identidades binárias, não binárias e travestis) rompem com as expectativas dos ideais normativos de relação entre sexo e gênero, uma vez que esse grupo não se identifica nem se reconhece nos sexos designados ao nascerem e os gêneros normativamente associados.

As identidades transgêneras binárias se referem a pessoas que se identificam com o gênero oposto ao sexo que lhes foram designados ao nascer. Os homens trans se identificam como homens, no entanto foram designados como pertencentes do sexo feminino ao nascer. As mulheres trans se identificam como mulheres, no entanto foram designadas como pertencentes do sexo masculino ao nascerem.

As identidades travestis trazem um grande debate acerca de sua nomenclatura e significado: é um termo inicialmente utilizado de forma pejorativa na sociedade, muitas vezes associadas a um recorte de classe mais pobre e/ou ao exercício da prostituição. Ao longo do tempo, passou a ser também um termo que traz empoderamento e luta a um segmento da população transgênera, que se identifica dessa forma: como uma expressão de gênero que não seria considerada nem feminina, nem masculina, mas sim, travesti.

As travestis ocupam um lugar feminino em suas representações de papéis sociais, querem ser lidas e tratadas no feminino, mas optam por esse termo para representar sua identidade de gênero.

As identidades não binárias dizem respeito às pessoas que não se sentem representadas pelos termos ‘homem’ e ‘mulher’, de forma

que sua performatividade é desprendida dessas noções estáticas de gênero. Dentro dessas identidades estão algumas categorias como gênero-queer, gênero neutro, agênero, gênero fluido, bigênero, entre outras.

As especificidades e definições desses termos não serão apresentadas nesse trabalho, tendo em vista que não será população parte da pesquisa. Vale ressaltar que essas identidades apresentam especificidades e abrangem uma grande discussão quanto a questões de gênero e identitárias.

Há outra ressalva para as identidades trans: existem inúmeras nomenclaturas, subdivisões e divergências significativas entre elas e seus significados, não havendo um consenso. Essas especificidades de nomenclaturas devem ser respeitadas e levadas em consideração, pois partem de um longo processo histórico, que envolve questões políticas, sociais, vivências e militância.

A nomenclatura 'travesti', 'transgênero' ou 'transexual' diz respeito a uma questão identitária, de autodenominação, ainda que cada um desses termos tenha origens diferentes. O termo 'transexual' começou a ser utilizado na psiquiatria, a partir das concepções biomédicas acerca das questões de gênero. Ainda que o uso desse termo seja muito discutido, por ser considerado patologizante por parte das pessoas, ele foi assumido e incorporado socialmente. Há quem prefira o termo 'transgênero' pois o indivíduo, ainda que se identifique enquanto uma mulher trans, não valida ou reafirma a nomenclatura originada na psiquiatria. O termo 'travesti', por sua vez, se origina no meio social e é utilizado como termo pejorativo para falar de mulheres não-cisgêneras, muitas vezes mais comumente associado a pessoas de baixa renda ou que trabalhe enquanto profissional do sexo. Seu uso enquanto termo pejorativo ainda permanece; no entanto, foi abraçado pela militância, que se apropriou desse termo e o utiliza como categoria identitária.

A escolha da utilização do termo mulheres transgêneras e travestis no título desse trabalho busca englobar as diferentes transidentidades, ou, transgenereidades, em uma tentativa de englobá-las.

A população que será estudada nesta pesquisa é formada por pessoas auto-identificadas enquanto travestis ou mulher trans, que foram designadas ao nascer como do sexo masculino; no entanto, possuem características, desejos e condutas que fogem às normas sociais vigentes de representação de um estereótipo de gênero masculino, de forma que a designação inicial não reflete sua identidade de gênero travesti ou mulher transgênera.

Para isso é necessário que se compreenda algumas particularidades nas vivências dessas pessoas, uma vez que perpassam vulnerabilidades sociais específicas.

### **Vulnerabilidades sociais**

Ao pensar no recorte identitário, deve se considerar a questão das vulnerabilidades sociais envolvidas. Para isso, é preciso olhar as peculiaridades sócio-históricas, políticas e culturais do Brasil, contexto em que essa pesquisa está inserida.

Segundo a ONG International Transgender Europe, o Brasil é o país onde ocorre o maior número de assassinatos de pessoas trans no mundo. Entre janeiro de 2008 e abril de 2013 foram reportadas 486 mortes, quatro vezes maior do que México, país que ocupa segundo lugar no ranking (Bento, 2014). Vale ressaltar que o relatório oficial é baseado em registros de casos reportados, o que aponta que esse número pode ser ainda maior. Alguns grupos organizados de militância fazem sua própria contagem, considerando aquelas pessoas que não foram noticiadas ou não entraram para o

relatório oficial. Entre esses grupos, está o TransRevolução, que sempre aponta números mais altos do que os noticiados.

Durante o II Seminário Internacional Desfazendo Gênero, ocorrido em setembro de 2015, a professora doutora, pesquisadora e cientista social Berenice Bento apresentou resultados parciais de sua mais recente pesquisa, intitulada, até o momento: "Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência". Bento explica o conceito de feminicídio dentro do contexto da Ciudad Juarez, no México, onde mulheres são mortas de forma extremamente violenta, seus corpos muitas vezes não são encontrados, e, quando o são, inúmeras vezes estão tão lesionados ficando muito difícil identificá-los. A partir disso, a autora constrói o conceito de transfeminicídio no Brasil, comparando a morte e os assassinatos dessas mulheres à truculência da morte sofrida pelas mulheres trans dentro do contexto brasileiro.

Muitos casos não são registrados pelo não reconhecimento dessas pessoas enquanto pertencentes às trans-identidades, registrando-as em seus nomes civis, enquanto supostos homens cisgêneros. Além dos corpos que desaparecem, os que são encontrados, em sua grande maioria, apontam lesões severas, corpos desfigurados, com diversas marcas causadas pós-morte, o que apontaria para características de crimes de ódio. Nas palavras de Bento durante a mesa, "O feminino que as mulheres trans performam é um feminino abjeto", conceito trabalhado pela autora em outros estudos, que apontam a quebra com a normatividade:

*"A produção de seres abjetos e poluentes (gays, lésbicas, travestis, transexuais, e todos os seres que fogem à norma de gênero) e a desumanização do humano são fundamentais para garantir a reprodução da heteronormatividade" (BENTO, 2011, p. 554)*

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (Antra), esse elevado número de mortes no país reflete à falta de uma lei que puna crimes de ódio contra travestis e pessoas trans.

Vale ressaltar que as atuais legislações que promovem direitos contra as discriminações LGBT's (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros), acabam por invisibilizar, na prática, as pessoas transgêneras: estas acabam tendo pouca visibilidade dentro do próprio movimento LGBT como um todo, junto aos outros recortes de vulnerabilidade desse grupo que podem dificultar o acesso ao conhecimento de seus direitos ou a como recorrer aos mesmos.

Além disso, há o questionamento quanto ao fato de se pessoas transgêneras deveriam estar sob legislações comuns a pessoas que sofrem discriminações por conta de sua orientação sexual, ou não. Esse questionamento se dá pois orientação sexual difere totalmente de identidade de gênero; isto já aponta, inclusive, para uma característica social que diz respeito a confundir esses dois recortes. Identidade de gênero e orientação sexual são eixos distintos que compõem o sujeito em âmbitos diferentes: uma pessoa trans ou cis pode ter qualquer orientação sexual.

Junto a esses fatores, grande parte das legislações são recentes e pouco conhecidas pela população em geral, independentemente do recorte. Destacam-se entre as políticas anti-discriminação LGBT no Estado de São Paulo: o Decreto nº55.587, de 17 de Março de 2010, que visa instituir o Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT e prevê providências correlatas; o Decreto nº55.588, de 17 de Março de 2010, que visa dispor sobre o tratamento nominal de pessoas transgêneras nos órgãos públicos de São Paulo e prevê providências correlatas; a Deliberação CSDP 195, de 17 de setembro de 2010, que visa dispor sobre o tratamento nominal de pessoas transgêneras na Defensoria Pública do Estado e providências; portaria 457 do Ministério da Saúde, de 19 de agosto de 2008 que visa a

regulamentação do intitulado 'processo transexualizador' no âmbito do SUS; a Resolução CREMESP 208, de 27 de outubro de 2009 que visa dispor sobre o atendimento médico integral à população trans; a Resolução CFM 1.955/2010 que visa dispor sobre a cirurgia de transgenitalização.

Vale ressaltar que há uma dicotomia entre a legislação e a prática: os nomes sociais, em inúmeras instâncias públicas, não são respeitados; o cadastro único do SUS não corresponde ao nome social em todos os serviços prestados, o que diz respeito ao "processo transexualizador" reafirma a visão biomédica binária. Os termos utilizados na própria legislação reafirmam essas visões, bem como aqueles que já foram abandonados pelo movimento social.

Quando se fala em "transfobia", ou seja, em todo e qualquer tipo de discriminação ou violência física, simbólica, verbal, psicológica, direta ou indireta direcionada às pessoas trans, é necessária uma leitura que abarque todo o sistema de opressão em que baseia e se mantém.

É importante entender o conceito de 'transfobia', pois esta é uma opressão estrutural direcionada às pessoas não cisgêneras:

*"Transfobia é a discriminação contra pessoas trans\*. É o tratamento desigual ou injusto dado a uma pessoa ou grupo, com base em preconceitos. Intencional ou não, sempre causa severas consequências para quem sofre a discriminação. A transfobia gera ódio e não se materializa apenas na violência e nos muitos assassinatos de pessoas trans\*, que fazem do Brasil um dos países que mais mata pessoas trans\* (95 dos 238 transexuais mortos no mundo no último ano moravam no país, segundo relatório da The Transgender Murder Monitoring Project 2013); também está presente na falta de acesso a serviços públicos,*

*porque o Estado não reconhece sua identidade declarada, negando-lhes inúmeros direitos e fazendo com que essas pessoas vivam completamente à margem da sociedade, com acesso restrito à educação, saúde, trabalho, etc..” - Equipe da Coordenação da Blogueiras Feministas, em texto intitulado “Basta de Transfobia do Feminismo!”, jan/2014*

Ao se falar de corpos abjetos e não normativos, se fala em indivíduo que frequentemente encontra barreiras nos mais diversos âmbitos sociais por não se enquadrar às normas<sup>4</sup>.

O uso do espaço público direcionado para lazer ou transição frequentemente é alvo de olhares, comentários, piadas, agressões, exclusões.

O uso do transporte público para chegar às instituições de ensino, por exemplo, podem ser verdadeiros campos de batalha contra a transfobia.

O acesso aos estudos se torna muitas vezes lutas diárias. Pensar na escola de Ensino Básico para crianças e adolescentes, é preciso considerar indivíduos com suas questões de gênero latentes, sendo reafirmados enquanto sujeitos sem direitos. Não tem o seu nome social respeitado junto à exposição de seus dados civis, uso do banheiro do gênero com qual se identifica, violências físicas e psicológicas vindo de colegas e professores, a não representatividade de sua existência nas matérias estudadas.

O acesso ao Ensino Superior é ainda mais raro: além de muitas pessoas trans abandonarem a escola por conta das dificuldades

---

<sup>4</sup> Aqui, neste trabalho opta-se por focar nas questões de gênero, ainda que a autora da pesquisa reconheça que outros aspectos, tais quais classe, etnia, passabilidade social (o quanto a pessoa é lida enquanto transgênero ou enquanto cisgênero), idade, contexto social e geográfico, entre outros, transpassem a transfobia, podendo agravá-la ou atenuá-la.

citadas acima, o Ensino Superior não deixa de reproduzir os mesmos sistemas e mesma opressão que ocorre no ensino Básico.

Bento (2011), em seu artigo "Na escola se aprende que a diferença faz a diferença", além de discorrer sobre todas as dificuldades de se chegar às escolas, manter-se nelas, de transitar para e nesses ambientes, questiona também o uso do termo 'evasão', uma vez que essas pessoas, na realidade, são praticamente expulsas:

*"No entanto, não existem indicadores para medir a homofobia<sup>5</sup> de uma sociedade e, quando se fala de escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que "contaminam" o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar "evasão" de "expulsão", pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia." (BENTO, 2011, p. 555)*

No sistema de saúde, em teoria, o uso do nome social deveria ser assegurado, mas na prática isto não ocorre: há exposição e, portanto, constrangimento junto ao grande número de profissionais não qualificados para atender a algumas demandas específicas de corpos considerados abjetos.

---

<sup>5</sup> A autora utiliza aqui o termo 'homofobia', ao invés de 'transfobia' por dizer que: "Neste artigo, problematizo os limites das instituições sociais em lidar com os sujeitos que fogem às normas de gênero. Deter-me-ei principalmente nas respostas que a escola tem dado aos/às estudantes que apresentam performances de gênero que fogem ao considerado normal"( BENTO, 2011, p.549 ). Nesse sentido, escolhe o termo homofobia por julgar ser o mais representativo para a população de sua pesquisa, que conta, também, com pessoas trans.

Para além das dificuldades nos âmbitos de locais sociais, há as dificuldades das relações interpessoais, em âmbitos macro e micro. Com foco nas relações familiares (família nuclear e ampliada), constata-se que há grande número de jovens transgêneros em situação de rua ou de abrigo por terem sido expulsos de casa ou por terem fugido diante de situações de agressão.

Pensar na dificuldade de pessoas trans a ocuparem e existirem em espaços públicos, comuns de convivência, de educação, de saúde, é pensar na acessibilidade a essas mesmas instâncias.

E o mercado formal de trabalho não fica fora dessa relação; para além da desvantagem significativa no caso de uma base de educação lesionada, em inúmeros processos seletivos a transfobia novamente se apresenta como um diferencial para a escolha da pessoa a ocupar a vaga. Em concursos, nomes sociais não são respeitados. Quando se consegue uma vaga, há toda a luta para permanecer resistindo no local de trabalho, que muitas vezes também é hostil e transfóbico, sem existência e representatividade de outras pessoas trans.

A escolha do recorte de pessoas trans se deu pelo fato de que travestis e mulheres transgêneras constituem parte significativa das pessoas que exercem a prostituição como profissão. Muitas das mulheres transgêneras e travestis trabalham nesse mercado informal de trabalho. Dentre os mais comuns estão trabalho em salão de cabeleireiro, atendente de *call center* e profissionais do sexo.

Não há dados exatos tanto para a porcentagem dessas pessoas que atuam como profissionais do sexo, como para o mercado informal. Essa falta de informação decorre da marginalização desses dois grupos, que não apresentam registros oficiais de suas atividades e, em alguns casos, de suas existências:

*"Para as mulheres transexuais, a dificuldade de conseguir uma vaga no mercado de trabalho formal, geralmente, já se inicia no momento em que tomam a decisão de buscar um emprego. Devemos salientar que a maioria das transexuais não possui documentos pessoais que condizem com sua identidade de gênero e que, como destacado por Prochno e Rocha (2011), o direito à troca de nome e de gênero nos documentos oficiais exige verdadeiras batalhas médicas e jurídicas para obtenção dos laudos e autorizações que viabilizam o direito a essas alterações. Assim, com frequência, essa conquista só é alcançada após um longo período de espera, que exige muita persistência por parte das transexuais. Diante das dificuldades e incertezas desses processos, na maioria das vezes, não é possível aguardar a mudança do nome para se iniciar as atividades laboratoriais.*

*Soma-se a esse quadro a baixa escolaridade,(...) e os preconceitos vigentes em nossa sociedade. Isso leva a grande maioria das transexuais a narrar que se sente constrangida e exposta todas as vezes que concorre a uma vaga de emprego. Em muitos casos, afirmam perceber claramente que a sua eliminação no processo seletivo foi motivada pela discriminação" (SOUZA, 2012, p. 76).*

Grande parte do trabalho informal se dá enquanto profissionais do sexo e é nesta população que essa pesquisa se foca. É preciso pensar na mercantilização dos corpos abjetos numa sociedade que tem a transfobia como algo estrutural e a agressão sofrida diariamente pelas pessoas trans. São indivíduos que não são

reconhecidos, validados, registrados e participantes dos âmbitos ditos normativos da sociedade.

Seus corpos são objetificados, sexualizados. Enquanto o Brasil é o país com mais assassinatos de mulheres trans, é também o país que mais procura a categoria de mulheres não-cisgêneras em conteúdos pornográficos no site RedTube (site de conteúdos pornográficos), conforme relatório oficial do site emitido em fevereiro de 2016.

Isso aponta e reafirma a hipersexualização desses corpos, que se tornam mercadorias, enquanto faz a manutenção do estigma que cerca essa população. *“Certamente, o maior problema para essas pessoas é de ordem social e está nas ‘armadilhas essencialistas’ que reduzem a figura da prostituta a sua ocupação, caracterizando-a como uma “espécie” diferente de ser humano”* (GARCIA, 2007, pag. 106).

Segundo a autora, o grande número de travestis e mulheres trans que trabalham enquanto profissionais do sexo, se dá justamente como tentativa de sobrevivência em uma das poucas formas que garantem remuneração, dadas as vulnerabilidades sociais e falta de oportunidade em outras áreas.

## **4. Método**

- **Tipo de pesquisa**

Essa é uma pesquisa qualitativa, que, conforme Costa (2009), tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos trazidos pelas participantes durante as entrevistas. Tem caráter exploratório, isto é, estimula as entrevistadas a pensarem livremente sobre o tema desse trabalho. Esse tipo de pesquisa é utilizado na busca de percepções e entendimentos sobre a natureza geral das questões aqui levantadas, abrindo espaço para a interpretação.

- **Instrumentos**

A partir da proposta do método de conversação de González Rey(2005) foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e semi-dirigidas, com travestis e mulheres transgêneras profissionais do sexo.

As perguntas direcionadoras visam indicar para o sujeito um direcionamento nos pontos a serem discutidos, de forma a trazer sua percepção e vivência da prostituição, levando em conta suas identidades de gênero. Vale ressaltar que, em caso de necessidade, a pesquisadora pôde adicionar perguntas ao longo da conversa, caso visse relevância, necessidade de direcionar ou aprofundar mais determinados aspectos do discurso.

No entanto, o principal foco foi deixar o sujeito discorrer livremente a partir das perguntas direcionadoras (vide anexo I), de forma que sua fala seja estruturada da maneira que achar melhor.

- **Participantes**

As participantes foram travestis e mulheres transgêneras, maiores de 18 anos, brasileiras, que trabalham como profissionais do sexo. Escolaridade e nível socioeconômicos diversos. Ao todo serão três participantes, que trabalham enquanto profissionais do sexo.

- **Local de pesquisa**

O local escolhido foi a Casa Nem, no Rio de Janeiro. As entrevistas foram realizadas em um local com entrada de livre acesso que possibilitasse a conversa e sua gravação, com privacidade e tranquilidade.

A Casa Nem, localizada na Lapa, região central do Rio de Janeiro, é um espaço educacional onde ocorrem aulas do Prepara Nem (curso pré-vestibular para pessoas trans), eventos de debates e discussão, exposição de artes, tendo em todas as atividades acesso livre a todas as pessoas.

Atualmente a casa conta, além de sua função habitual, com uma ocupação, em que algumas travestis e outras pessoas trans que estavam em situação de rua ou de vulnerabilidades sociais diversas, habitam temporariamente.

- **Procedimento**

As participantes foram contatadas pessoalmente pela aplicadora, que explicou que se tratava de uma pesquisa voluntária, sem remuneração, apresentando-se e apresentando o projeto de pesquisa.

O termo de consentimento foi apresentado e a entrevista pode então começar. Seguindo o roteiro de perguntas semi-dirigidas, a entrevista foi gravada e depois transcrita, para posterior análise.

- **Procedimento de Análise dos Resultados**

As entrevistas, gravadas e anotadas com a permissão das participantes foram transcritas na íntegra. Foram também considerados os comportamentos não verbais, bem como as reflexões e sensações da entrevistadora.

Foram feitas inúmeras leituras e sínteses das narrativas a fim de se obter um relato condensado que ao mesmo tempo contivesse as informações mais significativas. Foram identificados temas a respeito dos tópicos sob investigação. Como afirma Bardin (1979,p. 105) “o tema é uma unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto” ou “um feixe de reações que pode ser graficamente representado através de uma palavra, uma frase, um resumo” (Minayo, 1988, p.208).

- **Cuidados Éticos**

Todas as normas da resolução 196/96 do Ministério da Saúde abaixo discriminadas e relativas a pesquisa que envolve sujeitos humanos foram cuidadosamente discutidas e seguidas:

1. Consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (**autonomia**) - Na pesquisa aqui proposta, será utilizado o Consentimento Livre e Esclarecido no Anexo II, no qual se explica o objetivo da pesquisa, sendo que uma cópia deste consentimento foi entregue ao participante e a ficou com a pesquisadora. Nele consta, ainda, a garantia de que a participação do entrevistado poderia ser

encerrada a qualquer momento (autonomia) e a descrição do modo como foram utilizadas as informações coletadas;

2. Ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos (**beneficência**), e garantia de que danos previsíveis seriam evitados (**não maleficência**) comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos – A pesquisa não envolve riscos físicos, e foram tomados todos os cuidados para que os participantes não corressem risco algum. Entretanto, como em toda pesquisa na qual se utilizam entrevistas em profundidade, os conteúdos emocionais evocados não são totalmente controlados pelo pesquisador. Desta forma, as informações de contato do responsável pelo projeto presentes no Termo de Esclarecimento da Pesquisa foram as formas de garantir um cuidado posterior aos participantes. Além disso, mantém-se o compromisso de comunicá-los quando do término da pesquisa, oferecendo-lhes a possibilidade da marcação de um encontro para que possam ter acesso ao resultado do trabalho. Os benefícios da pesquisa não serão diretos, sendo a contribuição para a compreensão do fenômeno o principal deles;

3. Relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária (**justiça e equidade**) – A relevância social desta pesquisa está na contribuição que ela trará para os debates acerca do PL Gabriela Leite; a questão da prostituição no Brasil, bem como discussões relacionadas aos recortes de gênero 'travesti' e 'mulher transgênera'.

Para duas das entrevistadas, foi dado um nome fictício. Uma das entrevistadas disse não ter problema com seu nome exposto por trabalhar com militância.

O Projeto de Pesquisa foi inscrito na Plataforma Brasil e submetido ao comitê de ética da PUC-SP.

Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: vide anexo II

## 5. Resultados

A primeira entrevistada, Indianara, se mostrava bastante confortável. Conversamos por um tempo antes de iniciar a entrevista. Ela se mostrou familiarizada com o tema e questões trazidas. Suas respostas eram dadas com eloquência e rapidez na fala.

Apresentou um discurso politizado, crítico, reflexivo, com um grande respaldo de militância e movimentos sociais. Já conhecia o PL, uma vez que foi uma das pessoas que ajudou a criá-lo.

A conversa foi realizada em um escritório da Casa Nem, sentadas em uma mesa, tarde da noite, por volta das 23:30, horário em que a entrevistada tinha disponibilidade. Indianara estava cansada, porém disposta durante toda a entrevista.

Denise (nome fictício) foi segunda entrevistada, em outro dia, mas também na Casa Nem, à noite. Mostrava-se um pouco menos familiarizada com o tema, não conhecia o PL; conversamos antes da entrevista e expliquei do que se tratava.

Teve boa vontade e disposição - ao ver que estava procurando pessoas para entrevistar, se ofereceu. Falou de sua vivência e relacionou-a com experiências de outras prostitutas e travestis, fazendo, em seu discurso, leituras sociais acerca das temáticas, não limitando apenas à sua vivência individual, mas também, como enxergava vivências de outras travestis e prostitutas.

Denise estava sob efeito de cocaína, admitido por ela mesma, em uma conversa trivial após o término da entrevista.

Helô (nome fictício) também se ofereceu para a entrevista, no mesmo dia e local que Denise. A princípio estava um pouco ofegante, havia chegado à Casa Nem a poucos minutos, no fim da entrevista de Denise.

Ela disse estar um pouco nervosa, pois "não costuma dar entrevistas". Helô teve paciência e disposição durante toda a

atividade, que se baseou muito mais em suas vivências pessoais, fazendo leituras significativamente divergentes das outras entrevistadas em alguns pontos. Houve pouca consideração de aspectos grupais e sociais e um foco maior em como pessoalmente via e lidava com as questões abordadas. Não conhecia o PL e lhe foi explicado.

Helô também admitiu estar sob efeito de cocaína ao fim da entrevista.

As transcrições podem ser encontradas na íntegra no anexo III.

## 6. Análise e Discussão

Com o material obtido nas entrevistas, a análise se dará pela leitura e releituras dos discursos, de forma a perceber os temas recorrentes e os aspectos subjetivos. Entende-se aqui o conceito de subjetividade desenvolvido por Rey (2003) como uma "[...] tentativa de reconceituar o fenômeno psíquico em uma ontologia própria, específica do tipo de organização e processos que o caracterizam" (p. 73), que o sujeito traz em sua fala, bem como sua percepção dos fatos levantados, procurando identificar as ontologias próprias do sujeito acerca do debate proposto na pesquisa.

A partir disso, é possível se estabelecer núcleos geradores de pensamentos a partir dos discursos, isto é: estabelecer relações de fala, pensamentos e subjetividade presentes naquelas entrevistas, em suas articulações com os embasamentos teóricos apresentados nos capítulos iniciais deste trabalho.

Deixo aqui uma ressalva que durante essa etapa da pesquisa, não busquei ficar retomando as referências bibliográficas ainda que, enquanto pesquisadora, conte com esse respaldo da teoria para a produção desse trabalho, por ponderações elaboradas mais a diante, nas "Considerações Finais".

- **Transfobia nos históricos familiares e relações institucionais**

É nítida, nas três narrativas, a presença da transfobia, tanto no âmbito familiar nuclear, como no social. Uma das três entrevistadas (Denise) saiu de sua casa, cidade e não mantém mais contato com sua família, pois a mesma não a aceitava.

Helô foi a única das entrevistadas que mantém contato com sua família, ainda que, inicialmente, no começo de sua transição, não

tenha tido coragem de compartilhar com ela, sentindo a necessidade de sair de casa e ir para um hotel.

*"Entrevistadora: Como foi esse seu processo pra você se assumir enquanto você, publicamente, pra sociedade, pra família, quando você começou a se vestir da maneira como você se sente contemplada?"*

*Helô: Com a família eu não tive coragem. Eu trabalhava num call center, mas registrado certinho com meu nome, só que meu nome de registro tudo e tal, então eu peguei, pedi as contas do emprego, saí de casa, fui morar num hotel no centro da cidade, onde que eu moro. Eu até lembro, paguei uma semana do hotel, eu comprei uma peruca, um salto que eu paguei caríssimo no salto, comprei uma peruca, sabe aquelas perucas de manequim, toda embolada? Comprei uma peruca daquela e duas peças de roupa. E aí eu pensei "aí eu quero ir pra rua", eu quero descobrir. Quando eu ia trabalhar e estudar, eu passava na avenida e via as travestis do ônibus, estava indo pra escola, trabalhar e tal, aquela vida assim, eu via as travestis na esquina e achava lindo, era meu sonho. Eu achava lindo. Até tentei me incluir no meio delas como gay, mas não deu certo, ficava aquele meio termo entre as travesti, com amizade e as gay ali, mas daí eu fui lá e pedi minhas contas e fui pro hotel. Comprei a peruca e como as travestis já me conheciam, comecei a trabalhar no meio delas. Daí, com uma semana, minha tia passou, me viu, me reconheceu, foi lá e chamou minha mãe que me buscou e me levou pra casa. E desde então, minha mãe compra até minhas calcinhas. Compra, lava, com a família eu não tive problema nenhum, nenhum, nenhum, com família."*

Chama atenção que quando questionada como foi na sociedade de uma forma mais ampla, para além do núcleo familiar, Helô diz não perceber nada, mas relata que sua família quando sai com ela vê uma série de olhares e violências simbólicas e rotineiras na vida de uma travesti; no entanto, parece que ela escolhe não olhar, tendo, intencionalmente uma visão positiva quanto a tudo isso:

*Entrevistadora: "- E na sociedade?*

*Helô:- Bom, se eu tive eu não vi. Mas, parentes, minha mãe, minha irmã sentiu, mas eu não liguei. Porque acho que o importante é a gente por dentro, não importa que está uma festa, com um monte de gente, todo mundo feliz e você está ali impecável vestindo Pacco Rabanne, com o perfume exalando e tal, e num sei o que lá, com o melhor salto, o melhor cabelo, a melhor maquiagem, e você não estar bem por dentro. Então eu sou bem, do jeito que eu estou, eu estou bem. Se eu acordar bem, eu estou bem. Quando eu acordo mal, eu não saio nem de casa, eu não falo nem "oi" pra ninguém, mas é muito difícil, muito difícil. Então, pra sociedade eu acho que, na minha opinião, eu não tive problema, mas a minha mãe e a minha irmã, toda vez que a gente sai e eu, travesti de 1,86m, chama a atenção, ela vive brigando com os outros, mas eu não vejo. Eu ignoro, quer dizer, né? Eu acho que eu ignoro, eu ignoro. Sou mais que isso."*

No entanto, em outro momento da entrevista Helô narra certo incômodo com a forma que é tratada em alguns contextos:

*"(...)Olha, eu ignoro. Sou mais que isso, eu ignoro. Não é que eu ignoro, eu não sei se eu sou inocente demais,*

*ou se eu sou pra frente demais, só sei que eu ignoro, eu não vejo, eu não vejo. Só quando eu estou bêbada assim, se eu bebi muito, daí eu encano, se eu passar num lugar e alguém 'coisar' assim, eu arrumo confusão, mas é difícil.” - Helô*

Uma delas (Indianara), ainda que com alto grau de 'passabilidade social' (uma pessoa transgênera que a sociedade não necessariamente enxergará como uma pessoa não cisgênera em pequenos contatos superficiais), teve que sair de casa. Em determinado momento de narrativa diz:

*"(...)essa coisa na sociedade, do grau de passabilidade, né, então eu tenho um grau de passabilidade enquanto mulher cis, e também é fácil transitar em vários lugares, dependendo de como eu estou me comportando, me trajando, hoje não que eu já não faço mais questão, mas durante muito tempo eu usei muito um disfarce, a mulher muito madame, carregando a bolsa de determinada maneira como madame, vestindo determinada roupa etcetera e tal, então era muito comum madame, eu era muito vista assim, eu tinha um grau de passabilidade nesse sentido, se eu não estivesse envolvida com outras travestis, com outras pessoas trans, eu tinha essa 'vantagem'.” -Indianara.*

Entender que nos contextos familiares não houve aceitação significa compreender que os ambientes dentro de casa as deslegitimavam enquanto vivências nos gêneros e formas com que se sentiam confortáveis. Há uma necessidade de rompimento desses vínculos para poder existir da forma que lhes cabe.

Denise narra:

*Entrevistadora: "-Como foi pra você assumir a identidade de gênero publicamente? Você diz que dentro de casa foi muito difícil e fora também um pouco, né....*

*Denise:- Sim. Foi muito difícil isso que eu tive que ir pra prostituição pra me assumir, sabe? Tive que sair de casa, tive que ir morar em outra cidade, em outros lugares, porque meu pai não aceitava minhas vestes, como eu queria me vestir, como eu me sentia bem, sabe? Eu me sentia bem de saia. De bustiê. assim eu me sentia bem. Então dentro de casa eu não podia me sentir bem e ele me proibia, sabe?"*

As três participantes não concluíram os estudos na escola. Todas saíram por não conseguirem frequentar aquele espaço. Seja devido ao sofrimento por que passavam em casa, e, por isso, tiveram que romper esses vínculos e sair de suas cidades, e, buscando sobreviver nos novos contextos, não havia possibilidade de frequentar escola.

*"(...) Larguei a escola. Porque também sofri lá. Sofri opressão, sofri bullying. E essa opressão que me fez sair da escola, porque eu não me sentia bem. E os professores não me deixavam bem dentro da sala de aula.*

*Então preferi viver a vida de prostituta na rua que eu aprendia mais coisa que dentro da sala de aula." -*

Denise

Essa impossibilidade de frequentar a escola pode se dar por diversos fatores, seja por todas as violências vivenciadas nos ambientes dentro dos muros das instituições de educação por elas

frequentados. Essas violências vêm dos alunos, professores e funcionários. Seja por todas as dificuldades encontradas nos caminhos de ida e de volta até essas instituições.

Seja por essas instituições não reconhecerem suas identidades, não respeitarem o tratamento de pronomes de gênero preferidos, uso de banheiro, respeito ao nome social. Como frequentar esses espaços com tudo isso?

Vale aqui a ressalva que, além da questão de gênero, há, nesse momento da história de cada uma delas, o recorte da idade. É sabido que durante a pré-adolescência e adolescência, período importante na formação do sujeito, há uma série de fatores, mudanças e acontecimentos que tem grande impacto no desenvolvimento da pessoa sendo, muitas vezes, um momento de maior fragilidade emocional, indecisões, questões, incômodos e questionamentos. Uma crise é vivenciada e corre-se o risco de regressão pelo desafio que representa, assim como abre-se a possibilidade de maior crescimento. Pelo fato de se ser uma situação de vulnerabilidade os jovens deveriam poder contar com apoios, o que não ocorre em grande parte nos casos de uma pessoa travesti ou transgênera. Isto que gera uma reafirmação social do gênero que lhes foi designado ao nascer. Consequentemente, há uma maior deslegitimação física do gênero com que se identifica, o que, muitas vezes leva à disforia - relação de ódio e repulsa em relação ao corpo ou partes dele, com imenso desejo de modificação.

*"(...)Eu sempre tive essa passabilidade (...) por essa questão de começar a hormonização muito cedo, então antes dos 12 anos é ninguém é muito masculino ou muito feminino, acho que as pessoas são andróginas, e quando eu comecei minha hormonização aos 12 anos, continuou que facilitou." - Indianara*

Não há nenhum acolhimento ou respaldo institucional; nem das instituições de ensino, nem de alguma outra instituição. Na narrativa de nenhuma delas aparecem outras instituição que poderiam acolhê-las. Será que, durante a época da vida delas em que elas poderiam contar com isso, essas instituições existiam? Será que existem hoje? De que forma? Será que, caso existam, as pessoas que poderiam usufruir de seus serviços saberiam de suas existências? Como seriam os serviços oferecidos?

Pensar nisso, é reconhecer e se atentar para as consequências da transfobia estrutural, que é uma opressão institucionalizada.

As entrevistas confirmam as informações que apareceram na revisão bibliográfica no que diz respeito aos dados das violências simbólicas que deslegitimam os gêneros identificados, a questão do não aceitação da família, a dificuldade de transitar pelos ambientes e o alto índice de evasão das escolas.

- **Questão identitária: mulher trans e travesti**

A questão identitária aparece fortemente nos três discursos, reafirmando o que foi levantado anteriormente no que diz respeito à singularidade da experiência de cada indivíduo em sua auto-identificação.

Nota-se na fala de uma das entrevistadas uma diferenciação evidente entre travesti e mulher trans, quando perguntada acerca de sua identidade de gênero:

*"Eu me identifico com... eu gosto de ser travesti. Mas, agora, reconhecendo esses novos termos, eu me identifico como uma mulher trans. Uma mulher trans 'hétera' porque só curto só homem, eu gosto só de*

*homem, então eu sou uma mulher trans hétero, mas eu gosto de ser travesti.” - Helô*

Quando questionada se para ela há uma diferenciação entre travesti e mulher trans, Helô diz:

*“É que a mulher trans... eu, durante o dia, eu tenho comportamento de mulher trans, eu não gosto de ser vista e tal, então durante o dia eu sou uma mulher trans assim, uma mulher trans. Durante a noite, eu gosto de ser travesti, eu gosto de ser vista, eu gosto do público, eu gosto da noite, eu gosto da essência da noite.” - Helô*

Ao discorrer sobre seu processo de identificação enquanto questões de gênero, Helô fala:

*“(...) E aí eu assumi a minha identidade travesti, que agora eu descobri que eu sou uma mulher trans, hétero e travesti. Que eu me sinto bem, eu me sinto realizada. Tanto de dia, na noite, de qualquer forma. Hoje, eu sou eu.” - Helô*

Em sua narrativa, há essa diferenciação; a mulher trans seria mais discreta, enquanto a travesti chamaria atenção, gosta do público, da noite, do que está para fora, em oposição à uma postura mais recatada de uma mulher trans.

Nota-se também a presença “desses novos termos” (sic), onde, a partir deles, ela se refere a si como mulher trans, dentro dessa relação que ela faz entre trans/travesti, o que reafirma a ideia de que travesti, conforme apontavam as pesquisas, traria um caráter mais pejorativo, mais relacionado a determinados comportamentos que

desafiam um pouco mais as concepções normativas das identidades de gênero femininas, de algo mais externo a um ambiente caseiro, mais “da noite”, mais em foco.

Isso fica evidente na fala dela quando fala de sua profissão (prostituta) e só se refere como travesti nesse contexto. Fica claro que o termo “travesti”, ainda é marginalizado, por vezes pelas próprias travestis, enquanto o termo “trans” seria um termo “mais limpo”, o que reflete a crítica da militância de que por vezes pontua que o termo ‘trans’, aparece quase de forma higienista em relação ao termo ‘travesti’.

Na fala de Indianara ela diz se identificar como ‘pessoa’; posteriormente se posiciona enquanto travesti de uma maneira política. É possível ver a influência da militância em seu discurso, em que a relação com o termo se dá de uma maneira muito mais enfática para causas sociais, do que para um consenso da sociedade, o que foi apontado no levantamento a partir das referências da militância.

*Entrevistadora: "-Sua identidade de gênero?*

*Indianara: pessoa*

*Entrevistadora: Como que foi pra você se entender enquanto pessoa?*

*Indianara: São vários processos, né? Na realidade você recebe, né, informações de que, é... você é declaradamente homem e você não se identifica enquanto homem, e enquanto não se identificar como homem, você então não tem acesso a certas informações que te então colocam enquanto bi, você não se identifica enquanto bi, enquanto gay, e depois outras informações que daí você vai acessando e que te identificam enquanto travesti, enquanto travesti você tem que ter uma identidade de gênero declaradamente*

*feminina, daí você quer ser mulher e etcetera e tal, e daí você vai aceitando também várias coisas até você chegar a um ponto de você ver que nada daquilo são definições que você se definiria enquanto você. Até se libertar de tudo isso, é complicado, então é um processo de, não sei, acho que as primeiras décadas da minha vida, até me libertar disso, acho que aos 30 anos que eu consegui me libertar de muita coisa, passei a me declarar como uma mulher normal, de peito e pau e depois comecei a contestar o que é 'normal' na sociedade, o que é ser 'mulher' nessa sociedade. Apenas pessoa de peito e pau, hoje eu vou fazer 45 anos e posso dizer que aos 45 anos, quando eu completar, estarei completando meus 45 anos de uma caminhada de liberdade, cada dia.*

*Entrevistadora: Em alguns momentos as pessoas se referem a você enquanto travesti, e é de alguma forma agressivo a você, você abraça? Porque já vi em alguns momentos você dizendo 'já que a sociedade nos categoriza, eu aceito a categoria travesti'.*

*Indianara: Uhum*

*Entrevistadora: Como que é isso pra você?*

*Indianara: Então, eu gosto justamente da categoria travesti, da palavra travesti, por essa marginalidade toda que ela carrega, né? Por uma questão política mesmo, dessa imagem mesmo de travestis e que a gente tem que ressignificar, embora eu ache que não tem que ressignificar nada, entendeu? Porque é uma imagem que foi o povo que construiu, não fomos nós que construímos. Nós sabemos o porque que o povo tem essa imagem. E na realidade é porque o povo nos violentava e nós nos defendíamos e muitas se defendiam violentando também esse povo. Só que o povo só nos coloca 'nós' como violentas, né? Na*

*realidade nós fomos provocadas a ser violentas pela violência da sociedade, é completamente diferente, né? Então, transexual é uma palavra mais higienizada, né, mais limpinha, etcetera e tal, e travesti eu prefiro por essa questão, principalmente dessa força que tem a palavra, desse susto que causa nas pessoas, acho isso interessante, entendeu? Quando se fala 'sou travesti', entendeu, quando está se esperando que se diga 'sou uma mulher trans, sou transexual, não sei o que' a transexual não tem culpa do que lhe aconteceu, entendeu? A travesti não quer saber de nada, entendeu? Então mais ou menos isso, por essa questão que eu prefiro a palavra travesti."*

Denise também aponta a presença da militância, esse tópico aparece como algo relevante nas três narrativas. Fica clara a importância da militância como forma de maior apropriação e empoderamento individual na vida de todas, tanto na questão identitária, como em suas profissões. Indianara explicita isso em sua fala.

A cisgeneridade também se apresenta como um tópico dentro da discussão identitária. Em diversos momentos, Helô e Denise se referem a mulheres cisgêneras como "mulheres", fazendo, em seus discursos uma diferenciação entre pessoas cisgêneras e não cisgêneras.

*Entrevistadora"- Você acha que outras pessoas que exercem sua profissão, outras putas, mas que são cisgêneras, que não são trans, você acha que tem uma relação outra quando vê uma travesti que é puta, uma mulher trans que é puta, uma pessoa que não é cis,*

*que não é puta, você acha que elas tem uma visão, como você acha que elas veem isso?*

*Indianara: Tem os mesmo estigmas e os mesmos preconceitos transfóbicos, não deveriam porque são pessoas que passam por tantos estigmas juntos e ainda tem muito preconceito vindo por parte de prostitutas, tanto que tem lugares somente para prostitutas cis, né? E às vezes, quando tem alguma prostituta trans que entra com um grande grau de passabilidade nesse local para trabalhar e começa a trabalhar meio que escondida, e de repente, claro, nada fica em segredo sempre por muito tempo, então, algum cliente comenta com alguém, algum cliente saiu com ela pede para que alguma das mulheres cis chame, porque essa mulher tem essa particularidade, acaba tendo isso como um fator para sempre usar essa pessoa, e isso acaba sendo usado como chantagem, é usado de várias maneiras, mas também é usado de uma maneira vingativa no declarar essa pessoa ao local e dizer que essa pessoa não é 'mulher', que não tem vagina, etcetera e tal, fazer com que essa pessoa seja excluída do local ou então o local acaba usando essa pessoa porque essa pessoa tem um grau de passabilidade conforme que outra travesti ou transexual não tem e que não seria permitido, então tem todas essas questões que uma perpassa a outra e que seria bem complicado, então tem muito preconceito por parte das mulheres cis contra as mulheres travesti e transexuais, a não ser que elas precisem estar com as travestis e transexuais por uma questão de proteção, e aí elas aprendem a conviver tanto com essas pessoas que elas perdem esse preconceito e esse preconceito termina justamente com essa convivência. Eu conheço muitas mulheres cis prostitutas que em determinado*

*momento, por terem sido tão agredidas por outras mulheres, por outros lugares onde se prostituíram, acabaram se unindo a travestis e transexuais, e acabou que elas ali conseguiram sobreviver.”*

Quando questionadas sobre essas diferenças, as respostas se organizam de forma a dizer que são iguais no sentido de pertencentes ao gênero feminino, no entanto há especificidades de sofrimentos e situações de vulnerabilidades que apenas pessoas não-cisgêneras vivenciam.

*Entrevistadora"- Entao você acha que enquanto puta e travesti você sofre muito parecido quanto uma mulher cis e puta.*

*Denise: Sim.*

*Entrevistadora: Você acha que a questão de gênero não vai potencializar nada?*

*Denise: Eu acho que a gente só é um degrau a mais, porque a gente é puta e é travesti. Um degrau a mais do que uma mulher que é cis e é puta.*

*Entrevistadora : Como é esse degrau a mais?*

*Denise: É difícil, porque às vezes entre as putas mesmo, a travesti não é vista, porque é uma concorrência pra elas. Sei lá, eu como travesti eu tenho duas ferramentas. Penso assim, cliente, às vezes se sente bem com uma travesti, mas não se sente bem com uma mulher. É um pouco diferente.”*

Em outro momento Denise novamente faz uma diferenciação em sua fala em relação a 'mulher' e 'travesti':

*Entrevistadora"- Você enquanto puta não sabia disso?*

*Denise: Não sabia....sabia assim, ouvia comentários pra mulher.... agora pra travesti pra mim é novidade.*

*Entrevistadora: Mulher cis que você fala?*

*Denise: Sim... Mulher cis.*

*Entrevistadora: Você faz uma diferença entre mulher e travesti na sua fala.*

*Denise: Sim... Eu acho que sei lá, os lugares que eu passei e eu trabalhei existia muita diferença.... hoje quebrou muito.... mas os lugares que passei e trabalhei existia muita diferença. Às vezes eu não podia estar no ponto que uma mulher cis trabalha. Hoje já não é assim... hoje já é diferente. Elas já aceitam a travesti no ponto junto com elas. Porque também eu acho que algumas sabem de algumas leis... e tão deixando a rua... não da pra ser polícia. Não é verdade?"*

Helô, assim como Denise, faz em sua fala uma separação entre pessoas cis e travestis, enquanto falava da necessidade ou não de especificar declaração de INSS enquanto prostituta:

*Helô: "-(...) Eu sei desse direito, assim, mas eu não sei se é necessário especificar, porque, pra travesti é legal especificar, mas e pra um garoto de programa que depois resolve ter uma família? E pra garota de programa que depois resolve ter uma família? Daí vai estar lá no histórico dela, e se ela quiser esconder isso? Porque a travesti não tem que esconder nada pra ninguém. E se a pessoa cisgênero quiser esconder depois e passar? Vai que acontece alguma coisa, se converte pra igreja e quiser esconder? Eu não quero ter que me esconder.*

*Entrevistadora:- Então você está apontando uma diferença entre as pessoas que são cisgêneras e as pessoas que são travestis.*

*Helô: Não estou botando uma diferença, eu acho, no meu ponto de vista, eu só acho que não é necessário (especificar que é profissional do sexo)."*

O que remete à toda a discussão sobre a transfobia institucional. Inclusive no que diz respeito à relação com a prostituição e a reprodução disso pelas próprias pessoas não cisgêneras.

- **Espera-se que travesti seja puta**

Conforme levantado nas pesquisas, há uma associação entre ser travesti e ser profissional do sexo. Indianara, ainda com toda sua militância e empoderamento quanto a sua profissão, reconhece que muitas vão para o ramo por falta de escolha:

*Entrevistadora: "-Você acha que sua identidade de gênero exerce alguma influência na visão de outras pessoas da sociedade em relação a você e se isso tem alguma relação com seu trabalho?"*

*Indianara: Com certeza, com certeza. Já esperam que toda travesti seja puta. Entendeu? Então pra mim até é mais fácil ser puta (risos), porque já esperam de mim que eu seja puta. Pra mim é mais fácil do que pra uma mulher cis dizer que ela é puta, entendeu a diferença? Porque de mim já esperam isso mesmo... Se eu falar, não vai espantar... todo o estigma das pessoas... as pessoas já estão meio que esperando isso, sabe? Tanto é que quando você fala que é travesti, pra maioria das*

*peessoas, elas perguntam onde você faz ponto. Tipo, tem travestis que, e a gente mesmo que é travesti, que é trans, que é transgênera, pessoa, gênero não-conforme, etcetera e tal, eu mesma tive isso por muito tempo, quando amigas minhas tavam falando 'então, hoje chegou um cliente', 'hoje o cliente que veio', eu já imaginava assim, hoje 'o cliente que veio no escritório, no local' porque a gente usava 'escritório' como uma palavra pra dizer sobre o local de prostituição, sobre prostíbulo etcetera e tal, então eu imaginava já o cliente entrando, pagando, ela como uma prostituta, etcetera e tal. E às vezes não, era realmente uma profissão que elas faziam de atendente, recepcionista, alguma coisa assim, e por conta do estigma, todo cliente, 'o' cliente; travesti só tem cliente, que é pra sexo, que é da prostituição, então já tem isso. Mas eu acho que então pra mim, nessa questão, minha visão facilita, né. A maioria não tem opção de outro trabalho que não seja a prostituição, então já passa a ser quase que travesti é quase sinônimo de prostituição, então essa questão pra mim, acho, que no meu, no meu caso pessoal, facilita falar sobre minha a vida e meu trabalho."*

Para Denise, a aceitação de sua identidade de gênero na vivência pública se deu a partir de uma ligação direta com a prostituição, o que reafirma, novamente, essa relação entre travesti e profissional do sexo:

*Entrevistadora: "- Como foi pra você assumir a identidade de gênero publicamente? Porque diz que dentro de casa foi muito difícil e fora também um pouco, né?*

*Denise: Sim. Foi muito difícil isso que eu tive que ir pra prostituição pra me assumir, sabe? (...) aí fui primeiro pra uma zona da cidade. Ali eu me declarei travesti, sabe?*

*(...)*

*Eu só me vestia na hora de me prostituir. Depois que saía da prostituição, eu tirava minha roupa e me voltava como eu era. Então, foi uma coisa horrível, que eu não me sentia bem, e assim.... quando eu me declarei mesmo travesti que eu não ia mais tirar minha roupa, eu ia me mostrar como travesti e me senti super... super! Foi uma coisa maravilhosa na minha vida. Porque aí eu conseguia me comunicar. Eu não me intimidava. Eu sabia que eu era travesti e que eu era puta, então ali eu tinha que saber conversar, lidar, e até ter mais responsabilidades.*

*Entrevistadora: Então você diz que sua aceitação, enquanto puta, veio muito mais depois que você se aceitou enquanto travesti?*

*Denise: Sim.”*

Novamente, o discurso de Helô se diferencia das demais entrevistadas: ao contrário de Denise e Indianara que apontam uma diferença pela questão da transfobia e da relação entre ser prostituta e ser travesti, Helô não aponta diretamente essa categorização, ainda que, no início de sua transição, ao sair de casa por não ter coragem de assumir sua identidade de gênero naquele ambiente, a primeira atividade que fez foi se prostituir. Apesar da relação entre a profissão e a questão identitária na prática, em seu discurso isso não aparece, de forma a categorizar pessoas que trabalham a noite enquanto 'boêmios' ou 'povo noturno' e colocando-as em um mesmo patamar, incluindo também, taxistas:

*Entrevistadora: " - E como que você acha que sua profissão é vista por outras pessoas que também trabalham da mesma maneira que você, só que ao invés de serem travestis e mulheres trans, são mulheres cisgêneras?*

*Helô: Assim, essa pergunta eu não vou saber te responder, vou te responder pelo povo noturno, igual, nós, travestis e garotas de programa, a gente é super amigas e amigos de taxistas, dono de bar, garçom noturno, é tudo uma amizade, a gente é tudo o mesmo povo. Porque eu estou na esquina, ali, em pé, aí para o taxista e fala "qual é, que merda que está hoje" e aí você fala "pois é, está mesmo, mas vai melhorar, vamo lá", "então tá, eu vou tentar correr atrás", "mas eu vou ficar aqui esperando o meu" daí você vai lá, conta umas moedinhas e vai lá no bar tomar uma cerveja pra ver se chama um cliente, e o garçom "nossa, tá difícil, né?". Então tem essa identificação assim, essa coisa com o pessoal noturno, tem isso.*

*Entrevistadora: Mas então, e com as outras profissionais do sexo, que são mulheres cisgêneras, você acha que tem essa mesma identificação? Como que é a relação que se dá?*

*Helô: Tem, tem sim. O pessoal boêmio é unido. Todo mundo que é boêmio, todo mundo que tem uma profissão boêmia, somos todos unidos. Pode até ter uma forma de pensar diferente, alguma forma de agir diferente, mas os profissionais boêmios, de uma certa forma acaba que é interligado um com o outro.*

*Entrevistadora: Aí você acha que as profissionais do sexo que são cisgêneras também são profissionais boêmias, então estão ali na mesma história.*

*Helô: Com certeza, com certeza."*

- **“Uma vez puta, sempre puta”**

Quando questionadas sobre suas profissões, chama atenção a escolha do termo preferido escolhido por cada uma. Tanto Indianara, quando Denise, preferem o termo ‘puta’, enquanto Helô prefere a expressão ‘micro empresária do ramo de entretenimento adulto’. Ao utilizar essa expressão, Helô faz uma referência à uma inserção no *status quo*. Reafirma essa relação empresarial, de forma a se distanciar - não fica claro que função exerce nesse “micro empresariado”, ainda que em diversos momentos, ao falar e sua profissão e dar o seu relato, também se utilizasse do termo ‘puta’.

Chama a atenção a escolha desse nome, pois, assim como o termo ‘travesti’, é carregado de uma carga pejorativa, cheia de estigma, em uma forma de discurso de resistência tal qual o lembrado por Gabriela Leite. Indianara traça um paralelo entre os dois termos, quando fala da relevância política do termo ‘travesti’ finaliza da seguinte maneira:

*“(...)eu prefiro a palavra travesti assim como eu prefiro a palavra ‘puta’ que ‘profissional do sexo’.” - Indianara*

Mais à frente, em seu discurso, vai retomar mais diretamente a questão do estigma:

*Entrevistadora:” – como que é sua relação com sua profissão, como você se relaciona com ela, como que você vê ela enquanto uma profissão que você declara...*

*Indianara: ah sim*

*Entrevistadora: enquanto prática...*

*Indianara: pra mim é a minha profissão, apesar de lidar com certos sentimentos, algumas coisas, é a*

*minha profissão, eu lido de boa, assim, eu encaro de boa, eu falo de boa, porque eu sou puta, claro, né, tem determinados lugares que a gente vê por conta do estigma, meio que recua, mas não é por conta da gente não querer falar sobre o assunto, mas mais por conta dos outros, né? Mas é de boa, pra mim ser puta é tão natural, uma coisa tão, sabe? Eu apenas cobro por sexo, eu me relaciono, minha relação é realmente de boa. Entendeu? Não espero que as pessoas imaginem que eu faça qualquer outra coisa, eu sempre espero que as pessoas olhem, e se me perguntarem, eu falo sim, sou puta. Minha relação é de boa, mesmo.*

*Entrevistadora: Bom, você falou um pouco do estigma em algumas situações, e como que é então essa, como você acha que sua profissão é vista pelas pessoas da sociedade, assim, fora da...?*

*Indianara: Assim, é uma coisa ruim, é uma coisa suja, é crime, muitas pessoas acham que prostituição é uma ação criminosa e ilegal, etcetera e tal, quando na realidade não é, como é visto pela sociedade é isso, é profissão que mulheres são exploradas, mulheres são violentadas, pessoas são violentadas, etcetera e tal. Por isso que passa, muitas pessoas mesmo que se prostituem, porque querem assumir esse papel, né, de passar pra sociedade que elas não tem culpa, elas também são essa vítima, etcetera, acabam aceitando isso, né. Elas tão de boa, tão felizes, mas elas precisam mostrar pras pessoas que elas não estão tão de boa pra poderem ser aceitas pelas pessoas, não sei se estou me fazendo entender, meio complicado isso, sabe, tipo assim, eu sou puta, eu sou de boa, mas como ser uma puta de boa, entendeu? Seria visto legal pela sociedade? Então eu tenho que fazer sou puta mas não gosto tanto assim de ser puta...*

*Entrevistadora: Puta ressentida*

*Indianara: Isso, puta ressentida. Alguma coisa assim, pra sociedade ver, 'é, ela também não tem culpa do que aconteceu', então acho que é isso, se fosse uma coisa tão de boa, sem estigma sem nada, teria bem mais puta dizendo 'sou puta'."*

Sobre a relação com a profissão, Indianara traça um paralelo de que sempre fez sexo em troca de algo, ainda que fosse prazer, nesse sentido, sempre foi puta:

*Entrevistadora:"- Como e quando que você se tornou puta?*

*Indianara: Nossa, acho que aquilo que eu falei que eu sempre fui. (risos) Acho que eu sempre transei em troca de alguma coisa, nem que fosse só pelo prazer, né? Já que você pode ter sexo em troca de alguma coisa então se pratica sexo em troca de prazer, já é uma prostituição, né? Porque já é o sexo em troca de alguma coisa. Mas eu acho que eu sempre fui puta, acho que oficialmente mesmo, que eu tenha me entendido enquanto puta, foi a partir de 92, 1992, eu já tinha meus 21 anos quando eu fui realmente pra profissão pra ganhar dinheiro pra sobreviver."*

Uma sentença chama atenção, a mesma frase - título norteadora desse núcleo, foi utilizada tanto por Indianara,

*"Entrevistadora: Qual que é sua profissão?*

*Indianara: Puta*

*Entrevistadora: Puta.*

*Indianara: Eu já fui assessora parlamentar, então eu já fui uma puta assessora parlamentar, sempre falava*

*que eu era uma puta assessora parlamentar, não que eu fosse a melhor assessora parlamentar, mas é que antes eu sempre seria puta, então, já fui uma puta cozinheira, já fui puta várias coisas, e hoje sou só puta, então puta sempre fui e sempre serei. Como não existe ex-puta, uma vez puta você sempre será puta, entendeu, por mais que você se converta ao evangelho, religiões, eu sou ateia, mas enfim, por mais que você se converta 'ah lá, aquela ali irmã, lembra? Aquela que foi puta' porque puta você sempre vai ser, você pode ser ex-advogada, advogada não atuante, ex-médica, médica não atuante, qualquer outra profissão você pode ser ex, agora uma vez puta, você sempre vai ser puta."*

quanto por Denise:

*Entrevistadora:"- Você ainda atua enquanto puta?*

*Denise: Sim. Acho que até a morte. Uma vez puta, sempre puta. Sabe por que eu falo sempre puta? Porque se eu sair, eu posso estar saindo de uma sala de aula, se eu ver uma pessoa que me agrada e que me chama pra ter uma relação, eu vou. E vou cobrar. Então não vou deixar de ser puta".*

É interessante pensar nesse discurso de Denise, que ao reconhecer que, uma pessoa que a chame para ter relação, ela vai cobrar, ao mesmo tempo que ao descrever ser puta e ser travesti, faz um apontamento para a objetificação dos corpos e sua hipersexualização, assim como apontados nos levantamentos. Ainda que haja essa crítica da parte dela, ela acaba fazendo a manutenção dessa dinâmica, por estar inserida nela de maneira tão estrutural para sua sobrevivência:

*Entrevistadora:"- Você acha que sua identidade de gênero, o fato de você ser travesti e ser puta. Acha que te olham diferente por você não só ser travesti, não só ser puta. Mas ser puta E travesti?*

*Denise: Sim... Super diferente diferente a visão deles. Tipo assim, pra algumas pessoas, não são todas, não são bem vistas, são vistas como objetos, por ser travesti e putas. São vistas como objetos pra fazer sexo, e só isso."*

Helô também explicita, assim como Denise, um lugar 'estagnado' na sociedade em que a puta fica, os lugares que podem ocupar e os horários.

*Entrevistadora:"- E quanto ao seu trabalho, você acha que a sociedade tem uma visão contra isso?*

*Helô: Com certeza. Com certeza. A sociedade tem sim. Na noite, a gente é rainha, a gente é estrela, a gente é poderosa, gente é tudo do bom e do melhor. Durante o dia a gente não é nada, a gente é lixo. Perante a sociedade. O mesmo cliente que durante a noite vai lá, transa com você, te paga bem, e as vezes até nem transa, sai com você apenas pra curtir ali o momento, pra conversar, não sei o que lá, durante o dia te encontra no mercado e te ignora."*

Denise diz:

*Entrevistadora:"- E como você acha que sua profissão, ser puta, é vista pela sociedade?*

*Denise: Mal. Mal porque a sociedade me vê só como puta, não me vê como ser humano, não me vê como cidadã. As vezes as pessoas me encontram, mas me*

*encontram só num lugar de prostituição, se eu encontrar num mercado, não vai ser a mesma pessoa que me pegou na rua de prostituição. Então ela não tá me vendo como cidadã, como ser humano, ela tá me vendo só como puta.*

*Entrevistadora: No mercado finge que não te conhece?*

*Denise: Sim, no mercado finge que não me conhece, nunca me viu. As vezes fazem até umas chacotas, sabe?"*

Ao mesmo tempo que esses discursos apontam uma estagnação do lugar de puta e ser só puta nos espaços sociais de convívio, há um posicionamento de serem puta enquanto profissão; no entanto, partes do discurso de Helô se sobressaem; denuncia uma questão etária, como se houvesse uma 'data de validade', ou 'expiração' para ser puta.

*Helô:"- Ah, no começo foi ótimo, ótimo mesmo. Era muito dinheiro, e por isso foi ótimo.*

*Entrevistadora: E depois?*

*Helô: Não é que "e depois?", é que o mercado da putaria é um mercado muito rotativo. Os clientes, passou dos 20, já não interessa mais pra eles. Não interessa. ou você faz cliente, ou você se destaca, ou você é muito bem resolvida e está ali se sentindo a mais bela de todas ou depois dos 20 o mercado se fecha pra você. O mercado da prostituição é assim. Eu ganhava muito dinheiro, muito dinheiro, e recusava e era horrorosa, era horrorosa, uma peruca toda embolada, um narizão desse tamanho, a cara de... sem nada no corpo, um jogador de basquete imenso, fazia filas de carro. Por quê? Porque eles veem a inexperiência, a fragilidade, descobrindo o sexo e aí*

*eles quer aproveitar. Passou dos 20, só aqueles que gosta realmente, uma pessoa decidida, pra sair contigo.*

*Entrevistadora: E, atualmente, como é a sua relação com a sua profissão?*

*Helô: Ah, atualmente eu tenho uns clientes fixos, o que me salva. São aqueles clientes que já se tornou nem tanto de sexo, se tornou uma amizade em que eu vou lá, sempre fantasio algo novo na cabeça deles, eu tenho que ficar sempre inventando algo novo pra sempre manter. Daí se hoje eu invento algo novo pra eles, tipo uma fantasia nova ou uma palhaçada nova, que é palhaçada, um fetiche novo, daí consigo manter esse fetiche durante um mês, daí depois a hora que eu vejo que ele já está perdendo o interesse por aquele fetiche, eu já tenho que programar outro.*

*Entrevistadora: E sua relação, e então, com sua profissão, você gosta, você não gosta, que que é? Conta pra mim.*

*Helô: Tem momentos que eu adoro, tem momento que eu odeio.*

*Entrevistadora: Que momento você adora e que momento você odeia?*

*Helô: O momento que eu adoro é porque eu sei entrar na mente de uma pessoa, de um cliente. Eu sei disso, eu aprendi com a vida. Apesar da pouca idade que eu ali na cama com ele, nas três primeiras frases eu descobro qual é a fantasia dele no momento. Eu descobro o que ele quer. Então eu exploro aquilo para tentar tirar o máximo ao meu favor, e isso no final vai definir o preço, que a todo momento eu fico falando "aumentou mais tanto, aumentou mais tanto", que no final vai ser recompensado. A parte que eu não gosto, é que não é mais igual antigamente. Antigamente quando eu era mais novinha, era eu colocar o pé na esquina e*

*parava uma fila de carros, mas eu não sabia trabalhar para uma fila de carros, mas no final da noite eu estava com pouco dinheiro. Hoje, pode demorar dois ou três dias, mas eu pego um cliente e eu tiro tudo o que eu quero. Mas mesmo assim, tem vezes que minha auto estima está baixa e eu preciso pisar na rua e fazer fila de carro pra eu me sentir bem, mesmo que seja por pouca grana, mas eu sinto aquela falta de parar vários carros, porque levanta a auto estima.”*

Indianara tem 44 anos, Denise tem 32 e Helô está com 26 anos. Atualmente todas contam com outros afazeres ou procuram outras ocupações para além da prostituição.

Indianara conta com uma agenda lotada de atividades de ativismo, é uma das associadas da Casa Nem e responsável por manter os projetos da casa em andamento, frequentemente viaja para compor mesas de debate.

*Entrevistadora: “- Você considera sua, bom, você é uma pessoa muito importante no meio público, no ativismo e na militância no Brasil, não só pelo direito das putas, como pras questões de diversidade de gênero, das transvestisgêneres*

*Indianara: transvestisgêneres*

*Entrevistadora: transvestisgêneres o termo que você tem usado, e eu acho maravilhoso você ter implantado, e você considera isso uma profissão também, seu ativismo e sua militância?*

*Indianara: Não, porque eu não ganho, né? Com meu ativismo. Então não, meu ativismo é uma luta por direito mesmo. Né? Uma luta que é justamente uma luta pelo direito a minha profissão ser respeitada, ser*

*regulamentada, etcetera e tal, da profissão de prostituta, de puta, mas não, o ativismo não, o ativismo não é minha profissão, minha profissão é puta mesmo. Eu queria me prostituir mais, mas infelizmente o ativismo me toma tanto tempo que eu queria ter mais tempo de ser puta, mas tenho sido uma puta ativista e não uma ativista puta.”*

Em uma conversa após a entrevista, Helô disse que voltou a estudar recentemente, para conseguir entrar na faculdade de engenharia e atuar na área. Denise também ressalta isso durante a entrevista:

*Entrevistada: “- Como que foi pra você esse processo de se assumir enquanto puta, e qual sua relação atualmente com ser uma puta?*

*Denise: Agora? agora ficou meio complicado, porque muito tempo afastada da escola... eu ganhei uma oportunidade, então tô agarrada nessa oportunidade. Eu quero terminar meus estudos, eu quero ter uma profissão. Uma profissão assim; não puta. Sabe? eu quero ter uma profissão que a pessoa me veja como cidadã, não só como puta. (...)*

*Eu que agradeço, por me empoderar e me desconstruir. To começando agora, parei a prostituição, que trabalhei por 15 anos. Então só trabalhei na prostituição, agora eu deixei a prostituição, voltei aos estudos. Agora to me empoderando, to entrando na militância, então agora que eu to conhecendo leis, sabe? É uma coisa difícil.... mas uma vez puta, sempre puta”*

Nessa fala parece haver uma intenção de sair do mercado informal de trabalho, ao mesmo tempo que “uma vez puta sempre puta”.

A escolha de ser puta é uma escolha que deve ser considerada válida e legítima, como diz a própria Indianara, que gosta do faz e quer sempre poder fazer isso, independente de qualquer outro cargo que possa ocupar. No entanto, muitas acabam indo para a prostituição por uma falta de possibilidades, vendo como a forma de conseguir se manter e sobreviver, e não como uma escolha dentre outras opções diversas.

- ....E a lei?

Para se discutir as implicações do Projeto de Lei, a partir das entrevistas aqui concedidas, é necessário se atentar para alguns pontos levantados por elas. Vale a pena reiterar que essa é uma pesquisa qualitativa: ainda que sejam apenas três entrevistadas, retratam em suas falas possibilidades de uma realidade, o que não quer dizer que não existam outros posicionamentos.

O posicionamento das três quanto à lei foram bem divergentes. Indianara é assertiva ao defendê-la, nota-se mais uma vez uma fala politizada, de alguém que conhece bem a legislação:

*Entrevistadora: “– Bom, projeto de lei Gabriela Leite. Que você acha dele?”*

*Indianara: Acho muito bom o projeto porque ele regulamenta o espaço, entendeu? Tem um recorte de gênero e as pessoas sempre usam isso como uma forma de dizer que ele regulamenta a cafetinagem e não as prostitutas, na realidade ele não regulamenta a cafetinagem etcetera e tal, ele faz uma regulamentação*

*através de um acordo que nós já temos com essas pessoas, de 50%, que o movimento decidiu, o movimento achou justo.*

*Entrevistadora: Qual é o movimento que você fala?*

*Indianara: O movimento organizado das putas, achou justo dessa maneira, até 50%. São acordos que nós concordamos porque as pessoas estão cedendo o local, cedendo o espaço, colocando esse espaço à disposição, seria como uma sociedade meio a meio, eu entro com o trabalho e a pessoa entra com o espaço, o financeiro, toda essa parte que eu não queria. A grana etcetera e tal, seria mais ou menos isso, um acordo dessa maneira, uma sociedade meio a meio.*

*Entrevistadora: É que com o projeto de lei, vem algumas implicações, que são responsabilidade, direitos, deveres que vem, como você mesma disse, como essa pesquisa tem um recorte, da identidade de gênero pra pessoas que não são cisgêneras que trabalham como profissionais do sexo, que também como você mesmo disse, que é estigmatizada, que é marginalizada, como que você vê essas implicações que vem com os direitos que são garantidos às pessoas a partir do projeto de lei, a pessoas que muitas vezes preferem manter isso em off, manter isso não publicamente, como você vê essas implicações que viriam junto com esse projeto para essas pessoas?*

*Indianara: Então, isso agora está sendo reformulado pelo movimento, a gente tá repensando, por isso o projeto vai sofrer essa reformulação, a gente vai ter que discutir isso de novo, não ficou bem explícito, também, então isso a gente vai rediscutir. Essa questão de... porque na realidade não tinha uma carteira assinada, não tinha nada, as pessoas só se declarariam enquanto profissional do sexo, ninguém teria que*

*assinar carteira nem nada, se tivesse algum contrato seria só entre pessoas, entre o local e as pessoas, então não tinha essa questão de carteira, então continuaria sendo anonimamente, a não ser que haveriam algumas declarações, que, mas aí vai de como as pessoas, que precisam esconder, sempre tem como, sempre se consegue isso. Mas tem coisas que não ficaram realmente bem explícitas, como alguns direitos, então isso a gente vai rediscutir o projeto.*

*Entrevistadora: Então atualmente como o projeto se apresenta, antes da reformulação, essas implicações você não tem opinião formada, assim?*

*Indianara: Não, é que elas não acontecem, não existe uma exposição das pessoas, no projeto como ele é atualmente, não existe, as pessoas não tem que assinar carteira, não tem nada disso. Não tem que assinar contrato, nem nada, é só uma garantia de direitos mesmo. Né, regulamentar esse, os arredores, onde a prostituição acontece, para não se sofrer punições, donas e donos dos locais, ter a questão da saúde dessas pessoas, tudo isso é visto nessa questão do projeto, mas a questão de pessoas enquanto profissionais do sexo, não existe nenhum.*

*Entrevistadora: E quanto à questão dos direitos, por exemplo, se a pessoa quiser recorrer ao INSS, alguma coisa assim.*

*Indianara: Já podemos, na realidade, já podemos pagar INSS através do código brasileiro de ocupações, 5198/405, já pode, a gente paga 20% de tudo que a gente ganha aos cofres públicos, o que faz com que o governo brasileiro seja gerente do puteiro e a sociedade brasileira seja de certa maneira, todos cafetões e cafetinas, então... mas o que a gente quer é outros direitos garantidos a alguns outros*

*trabalhadores, seja por risco de exposição, seja por determinadas outras coisas que não estão garantidos através do PL, então essas coisas a gente vai ter que rediscutir.*

*Entrevistadora: Então, nesse caso, o PL se ele de fato entrar em vigor e virar de fato uma lei, ainda que reformulada, ela só entraria em atuação para as profissionais do sexo, pras putas que recorressem a isso*

*Indianara: Uhum”*

Indianara, apesar de defendê-la, reconhece que há alterações que precisam ser feitas e que serão rediscutidas.

Helô não conhecia o Projeto de Lei, a pesquisadora lhe apresentou e em seguida perguntou o que achava dele:

*Entrevistadora: "- E o que você acha dele? (PL que foi apresentado pela pesquisadora)*

*Helô: Da mesma forma que eu acho que pode ser bem, eu acho que pode ser ruim. Por que pode começar a... todo mundo sabe que profissional do sexo, micro empresária do ramo de entretenimento adulto, ganha dinheiro. Ganha muito dinheiro mas gasta muito com coisa fútil. Eu acho que pode ser muito capitalizado - é capitalizado a palavra? É. - , então acho que, da mesma forma que pode ser útil, pode não ser, porque qualquer pessoa pode ir no INSS e pagar como autônomo, qualquer um, qualquer cidadão. Um cabeleireiro não tem registro em carteira, cabeleireiro paga como autônomo. Ou não? Não? Específico como cabeleireiro? Mas se quiser, se quiser pode colocar como autônomo.*

*Entrevistadora: Então você acha que, enquanto prostituta, enquanto micro empresária do entretenimento adulto, por você já poder pagar o INSS, você...*

*Helô: Eu sempre pude pagar, mas não como puta, eu pude pagar como autônoma. Eu sempre pude pagar. Eu sei desse direito, assim, mas eu não sei se é necessário especificar, porque, pra travesti é legal especificar, mas e pra um garoto de programa que depois resolve ter uma família? E pra garota de programa que depois resolve ter uma família? Daí vai estar lá no histórico dela, e se ela quiser esconder isso? Porque a travesti não tem que esconder nada pra ninguém. E se a pessoa cisgênero quiser esconder depois e passar? Vai que acontece alguma coisa, se converte pra igreja e quiser esconder? Eu não quero ter que me esconder.*

*Entrevistadora: Então você está apontando uma diferença entre as pessoas que são cisgêneras e as pessoas que travestis e trabalham como prostitutas?*

*Helô: Não estou botando uma diferença, eu acho, no meu ponto de vista, eu acho que não é necessário.*

*Entrevistadora: Não é necessário? E se a pessoa quiser esconder...*

*Helô: Não, não é necessário a pessoa especificar "estou pagando o INSS por ser profissional do sexo" estou pagando apenas por ser autônoma. Qual seria o direito? Isso tem que ser colocado na balança, isso tem que ser colocado na balança. Qual vai ser o direito que a pessoa profissional do sexo vai ter em cima dessa lei?*

*Entrevistadora: Por exemplo, o direito de... por exemplo, todo profissional enquanto outro tipo de trabalho...*

*Helô: Auxílio saúde, após seis meses de contribuição, isso todo profissional tem até o autônomo. Após seis*

*meses de contribuição, tem direito a auxílio saúde, tal tal, seria os mesmos benefícios?*

*Entrevistadora: Tem esses benefícios...*

*Helô: Então pra que especificar profissional do sexo?*

*Entrevistadora: Acha que não tem necessidade?*

*Helô: Acho que não.*

*Entrevistadora: Como que você vê, então, essas implicações? Você está dizendo que, junto com esses direitos reconhecidos, vem implicações, responsabilidades, direitos e deveres também, de uma profissional do sexo que tem isso regulamentado enquanto profissão, que vai ter seus direitos específicos, que é uma escolha da pessoa...*

*Helô: Que direitos? Direito saúde? Direito à saúde todo brasileiro tem. Todo cidadão brasileiro tem direito a saúde. Direito a redução de danos? Todo brasileiro enquanto cidadão tem direito a redução de danos. Pra que especificar? Eu acho que pode ter sim, mas se quiser especificar, especifica, se não, não.*

*Entrevistadora: No caso, na lei seria opcional, né, o uso?*

*Helô: Sim, sim, mas daí, por essa lei até aí, futuramente os futuros governantes podem querer obrigar a pessoa que está se prostituindo a obrigar a pagar tributo. Assim eu estou no anonimato. Seria uma forma de opressão. Daí os novos governantes vai lá obrigar, aí manda a polícia com a ordem pública e aí vão pegar todo mundo que está fazendo programa porque não está pagando tributo, não está pagando contribuição no INSS. Não, não sou obrigada, não tenho obrigação a nada, eu estou vendendo o que é meu. Eu não estou pedindo nada pra ninguém. Eu estou vendendo a única coisa que eu possuo, que é meu corpo. O corpo é meu e eu faço dele o que eu*

*quero. Se eu quiser encher ele de bosta dos pés a cabeça, eu encho, o corpo é meu.”*

Nota-se que Helô acha que não há uma necessidade de uma lei específica para profissionais do sexo, pois acredita que todos os trabalhadores já têm esses direitos, independente da profissão. Helô traz em sua fala um certo pragmatismo, apontando que já se tem coisas que as podem recorrer.

Fica evidente que cada uma tem uma visão e informação quanto aos direitos que se tem atualmente.

Denise também não conhecia o PL, que foi apresentado pela pesquisadora. Sobre a proposta, ela diz:

*Entrevistadora:”- O que você acha desse Projeto de Lei?*

*Denise: Pra mim é um projeto bonito. Não vou te mentir. Mas sei lá. Será que vão ser reconhecidas?*

*Entrevistadora:Por que?*

*Denise: O preconceito é muito grande, tem muitas demandas, é aquela coisa demorada, demorada, que chega no fim... sei lá.*

*Entrevistadora: Você acha que o fato de ter um preconceito, o fato de estar garantido por lei, não vai desconstruir o preconceito, então teria que desconstruir por outro viés que não o legal?*

*Denise: Pra mim sim, porque acho que vai duplicar o preconceito. A sociedade não aceita nem a puta nem a travesti. Com essa lei vai piorar mais ainda.*

*Entrevistadora:Como?*

*Denise: Sim, porque se não aceita agora que não tem lei, imagina com a lei? Pode até fingir, fingir que aceita, mas no fundo no fundo....*

*Entrevistadora: Então como você vê essas implicações, que junto com a lei que te garante alguns direitos, viria*

*alguns deveres, responsabilidades, uma serie de coisas junto. Como você vê essa bagagem que vem com a lei, é algo positivo?*

*Denise: Torço. Vamos esperar.*

*Entrevistadora: Vale reiterar que a lei só seria utilizada no caso da pessoa escolher usar dessa lei pra lutar por algum direito.*

*Denise: Sei.... Porque nós já lutamos, né? Já lutamos sem lei..... E sofremos preconceitos... Posso estar enganada, mas se alguém pode lutar com a lei e dar resultado pra gente...*

*Entrevistadora:Gostaria de acrescentar algo?*

*Denise: Não, sei lá, acho que deixei um pouco explicado.... porque sei lá, coisas de lei assim, eu às vezes até não discuto. Porque são tantas coisas que falam, que prometem, no final é a mesma coisa.*

*Entrevistadora:Fica sem esperança?*

*Denise: Sim.... Porque no final, quanto tempo sabe? Nossa... eu trabalho desde os 16 anos. Eu escutei a legalização das putas.*

*Entrevistadora: A de 2008 enquanto profissão?*

*Denise: Isso, enquanto profissão né, mas na carteira?*

*Entrevistadora:Você, tem direito de pagar INSS....*

*Denise: Ah, tem o direito?*

*Entrevistadora:Poucas pessoas escolhem fazer isso... porque pagar enquanto puta você também paga enquanto uma profissão que muitas pessoas preferem manter anonimamente*

*Denise: Sim.*

*Entrevistadora: Você enquanto puta não sabia disso?*

*Denise: Não sabia....Sabia assim, ouvia comentários pra mulher.... agora pra travesti pra mim é novidade."*

Denise aponta uma falta de esperança , enquanto Helô aponta um medo de maior estigmatização. Nenhuma delas conhecia previamente a lei, e ao terem contato, fizeram diversas ressalvas.

Um dado que chama atenção é o fato de que tanto Denise quanto Helô começaram a se prostituir com 16 anos, ou seja, eram menores de idade. Isso deve ser levado em consideração, uma vez que muitas outras pessoas também entram em contato com essas atividades sendo menores de idade, muitas das vezes, quando deixam as escolas, como nesses dois casos.

Talvez o Projeto de Lei necessite, de fato, de reformulações, de forma que garanta direitos de forma representativa, mas que quem recorrer a essa legislação, não se sinta aprisionada, exposta ou mais vulnerável, conforme as preocupações trazidas por Helô, ao apontar que não é necessária a tipificação do trabalho enquanto profissionais do sexo, bem como garanta o anonimato de pessoas que não queiram ter suas atividades expostas.

A militância se mostra como uma ferramenta de empoderamento e ampliação de conhecimento nas três fala: Helô, ao falar das questões identitárias, Denise, ao falar do contato com a militância e como isso está ajudando a ter mais conhecimento, Indianara em sua propriedade de fala nos temas abordados. O próprio PL parte de demandas do movimento das putas, em uma tentativa de ampliar direitos.

Apesar desse núcleo de discussão ser relacionado com o título deste trabalho, ele ficou em último lugar como ponto a ser discutido. Isso se deu, pois, a partir das entrevistas, fica evidente que, ainda que a lei, caso aprovada, possa servir, a longo prazo, como algo que garanta direitos às pessoas que trabalham enquanto profissionais do sexo; sendo essa uma população que tem suas especificidades de vulnerabilidades que devem ser atentadas, há uma série de demandas anteriores que permeiam as vidas dessas pessoas. Não

basta apenas pensar na lei e não pensar nessas outras demandas, o que faz com que a discussão das implicações do Projeto de Lei Gabriela Leite permeie, necessariamente, a discussão dessas outras demandas também.

O estigma que envolve as pessoas que trabalham enquanto profissionais do sexo é de ordem social e cultural também, não apenas legislativa. Inclusive há uma relação entre estes aspectos: a falta de representatividade legislativa a partir do estigma social e cultura. Nesse sentido, um aparato legal pode ser útil no processo de garantias de direito, mas há também todo um processo e movimento de outras ordens para modificar-se a relação que a sociedade tem com a profissão e com quem a exerce, de forma a minimizar os danos que essas profissionais sofrem por conta do estigma.

Pensando na população dessa pesquisa, há ainda todos os recortes identitários e suas particularidades. A transfobia e todos os âmbitos em que ela atua faz com que a população não cisgênera caracterize-se por vivenciar extremas vulnerabilidades sociais, conforme visto ao longo de todo este trabalho.

Nesse sentido, mostra-se necessário pensar também em políticas públicas, legislações e medidas que impulsionem a relação social que se tem com pessoas trans e travestis, de forma menos opressora do que atualmente. Tem que haver um maior acolhimento dessa população no âmbito da sociedade, bem como institucional, como em área da saúde e educação, por exemplo. É preciso criar mecanismos para que essas pessoas possam ter recursos de conhecimento, possibilidades profissionais, representatividade, aprendizado, para que possam, inclusive, recorrer à lei, caso esta seja aprovada.

O PL deve ser mais divulgado, para que quem possa usufruir da lei saiba que ela existe, uma vez que apenas uma das três participantes sabia de sua existência. Profissionais têm que ser

capacitados para lidar com travestis e mulheres trans, entendendo as especificidades da transfobia, como ela atua, respeitando os pronomes de gênero preferidos, os nomes sociais.

A lei pode ser uma ferramenta, mas ainda há muitos outros direitos que ainda são negligenciados para a população que compõe essa pesquisa, dessa forma, deve se atentar necessariamente, a essas outras demandas também.

## **7. Considerações Finais**

Essa pesquisa teve como objetivo discutir as implicações do Projeto de Lei Gabriela Leite para travestis e mulheres trans que atuassem enquanto profissionais do sexo. Era sabido, desde o princípio, que não se chegaria a conclusões definitivas - nem o trabalho tinha essa pretensão, mas sim, ao levantamento de pontos de discussão, bem como os possíveis desdobramentos para a Psicologia.

A partir da revisão feita, as entrevistas vieram a confirmar a transfobia estrutural, o estigma que perpetua a vivência de profissionais do sexo, acentuado ainda mais pela questão de gênero das identidades não cisgêneras e as vulnerabilidades que permeiam esses recortes.

Quanto ao PL, pode se perceber, a partir dos dados coletados nas entrevistas, que, ainda que se tenha em legislação algo que possibilite uma maior regulamentação, e, conseqüentemente, direitos garantidos para quem atua enquanto profissional do sexo, há todo um estigma de ordem social que a lei, por si só, talvez não dê conta de conter.

Além disso, fica evidente uma defasagem de ordem primária, no que diz respeito às vulnerabilidades vivenciadas pela população transgênera, o que resulta em um déficit de recursos institucionais em diversos outros âmbitos da vida das pessoas que compõem essa população, tais quais saúde, educação, empregabilidade, uso dos espaços de convivência, legislações específicas, acessibilidades diversas, sem entrar aqui no mérito de outras demandas menos gerais e mais específicas, mas também relevantes, como respeito ao pronome de gênero preferido, nome social, direitos reprodutivos, assistência médica especializada de forma não compulsória, revisão do chamado 'protocolo transexualizador do SUS', um maior

investimento de verbas para os ambulatórios especializados, de forma a minimizarem o tempo de espera para atendimentos, procedimentos e cirurgias, entre tantas outras demandas .

Nesse sentido a lei, caso aprovada, pode se mostrar como algo bastante favorável a longo prazo; no entanto, deve-se atentar para essas necessidades outras também, para que outros aspectos de suas vivências deixem de ser tão negligenciados, de forma, inclusive, a promover mais recursos para que essas pessoas possam optar entre estar ou não inseridas no mercado formal de trabalho.

É necessário que possam ter acesso ao conhecimento de seus direitos, inclusive para que possam recorrer ao uso da lei, uma vez que apenas uma das três entrevistadas tinha conhecimento, sendo ela uma das pessoas que esteve presente no processo de formulação do PL. Nesse sentido há também uma demanda de divulgação e profissionais capacitados para que, na utilização dessa lei como recurso, saibam como agir e como lidar com as pessoas que a utilizam.

Ao pensar nesse tema de pesquisa em um curso de Psicologia surge a necessidade de um maior diálogo da psicologia como um todo com as demandas dos movimentos sociais. O recorte da questão identitária de gênero se mostra como um ponto importante, porém pouquíssimo discutido nas grades curriculares dos cursos de Psicologia.

Atualmente, terapias são feitas de formas compulsórias no 'processo transexualizador do SUS', - mínimo de 2 anos, para emissão de laudo. Esse tempo vem do WPATH (World Professional Association for Transgender Health, dos Estados Unidos) e é colocado de forma arbitrária. A emissão de laudos é extremamente criticada e questionada por boa parte dos profissionais da área, sendo pauta de muitos debates nos conselhos de psicologia. Há também um caráter assistencialista nessa relação de escuta.

Por conta desses aspectos, acredito que trazer essa discussão para um curso de Psicologia é uma demanda essencial para se compreender um grupo tão preterido e negligenciado socialmente. Muitas vezes, enquanto profissionais, reproduzimos e mantemos as negligências, seja pela falta de conhecimento, seja pelo tipo de trabalho oferecido.

Por esse motivo, busquei em minha análise apenas fazer recortes das falas das entrevistadas, em uma tentativa de esquematizar pontos de discussão. No entanto, não busquei fazer interpretação dos discursos individualmente, ou de seus significados, símbolos ou processos pessoais de cada participante. Tampouco busquei ficar retomando as referências da literatura nesse momento da pesquisa, ainda que enquanto pesquisadora, conto com esse respaldo da teoria para a produção desse trabalho.

A escolha de orientar a análise e discussão dessa maneira se dá em uma tentativa de dar voz às participantes, uma vez que a discussão é para as implicações do PL para profissionais de sexo de identidades travestis e mulheres transgêneras, e eu não componho nenhum dos recortes; acredito que seja importante empoderar suas vozes em um ambiente em que elas são tão silenciadas, não apenas na Psicologia enquanto campo prático, mas também na academia, sendo a primeira, em partes, consequência da segunda.

Logo, optei por fazer levantamentos de dados a partir de referências não apenas da academia, mas também de organizações, militância, movimentos sociais, falas e textos de pessoas trans, ou dados que foram obtidos em espaços de debate e discussão. Muitas vezes os dados apresentados na academia não são representativos da realidade da população escolhida para esta pesquisa: profissionais do sexo; questão identitária.

Outros tantos dados não foram obtidos, uma vez que não há levantamentos, tais quais: recortes vindos dos clientes, bem como da

polícia, para profissionais do sexo, número de jovens transgêneros em situação de rua, dados exatos tanto para a porcentagem de pessoas trans que atuam como profissionais do sexo, como para o mercado informal. Essa falta de informação decorre da marginalização desses dois grupos, que não apresentam registros oficiais de suas atividades e, em alguns casos, de suas existências.

Por esses motivos, optei por não ficar retomando as referências bibliográficas na Análise e Discussão, uma vez que as mesmas não são necessariamente representativas ou abarcam de fato as falas e vivências trazidas pelas entrevistadas.

É importante se articular movimentos sociais e militância com a academia: inclusive a utilização de dados coletados fora deste espaço nessa pesquisa foi uma tentativa de fazer essa ponte, sem invalidações das informações. A academia muitas vezes é questionada e criticada enquanto forma de poder que reproduz em muitos momentos um recorte de classe, etnia e gênero em suas representações e pode ser utilizada como mais uma ferramenta de controle e manutenção do *status quo*. No entanto, acredito que a inserção e o reconhecimento de grupos, assuntos, temáticas e discussões que não estão ali representados, pode ser uma forma de trazer visibilidade - justamente pelo peso e valor que a academia carrega -, possibilidades de ampliação de discussão e movimento. A partir disso pode-se ter, inclusive, um reflexo positivo a nível social e político, dependendo, claro, da forma como essa ponte entre militância, movimento social e academia é feita.

A escolha do local de entrevista ser a Casa Nem, o lugar onde ocorre o Prepara Nem, cursinho preparatório de vestibular para pessoas transvestisgeneres, não foi arbitrária. Uma casa que promove acolhimento - inclusive duas das entrevistadas, Helô e Denise, estavam morando de ocupação lá, e Indianara, é uma das associadas da casa -, empoderamento, discussão, e possibilidades de

ensino e educação para que pessoas trans possam ocupar qualquer lugar que queiram, inclusive a academia.

Além disso, a Casa Nem é considerada um local seguro para todas as três entrevistadas, o que é algo que foi avaliado pela pesquisadora: o bem estar e a segurança das entrevistadas – durante todo o contato. É também do meu interesse, enquanto pesquisadora, ter o cuidado de não retirar ninguém de seus ambientes já familiares e confortáveis, não apenas para uma melhor fluidez da entrevista, como também por reconhecer todas as vulnerabilidades sociais apresentadas nesse trabalho.

Esse estudo não se esgota aqui: as discussões acerca dos temas aqui tratados estão em movimento; o conhecimento, em produção, sempre junto ao momento político, histórico, social e localização geográfica em que estão inseridos devem ser considerados.

Esta pesquisa tem uma importância pessoal para mim, uma vez que não poderia deixar de fazer em meu Trabalho de Conclusão de Curso uma discussão que visasse trazer para a Psicologia debates que se mostram tão necessários, porém são tão invisibilizados, inclusive nas salas de aula.

Trabalho com questões de gênero e sexualidade desde o meu primeiro ano da Graduação, em locais diversos, além de ter um contato com ambientes de militância e discussões acerca desses temas há algum tempo, junto às minhas vivências pessoais, bem como de pessoas próximas a mim.

Espero ter conseguido fazer a discussão e atingir meus objetivos para esta pesquisa, proporcionando reflexões àqueles que lerem esse trabalho. Espero, principalmente, que tenha representado bem as pessoas que me concederam as entrevistas, e possa ter dado voz à suas vivências e pensamentos, de forma com que se sintam contempladas e respeitadas.

## 8. Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BENTO, B., Na escola se aprende que a diferença faz a diferença, **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2): p. 548-559, maio-agosto/2011.

BENTO, B. **Brasil: País do transfeminicídio**, em CLAM, Rio de Janeiro, 2014.

BLOGUEIRAS FEMINISTAS, **Basta de Transfobia no feminismo!**, jan/2014

<disponível em 03/03/2016:

<http://blogueirasfeministas.com/2014/01/basta-de-transfobia-no-feminismo/>>

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

BUTLER, J. **Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: **O corpo educado** – Revista Pedagogias da sexualidade, p.153-172. Belo Horizonte: Autêntica, 2007

COSTA, P. e LEITE, R.C.B.O. Estratégias de enfrentamento utilizadas pelos pacientes oncológicos submetidos a cirurgias mutiladoras. – **Revista Brasileira de Cancerologia**, Ed 55, p. 355-364, São Paulo, 2009

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SP, EDEPE, NÚCLEO ESPECIALIZADO DE COMBATE A DISCRIMINAÇÃO, RACISMO E PRECONCEITO, **Discriminação LGBT - Legislações**, São Paulo, 2015.

DERRIDA, J. . **Signature, Event, Context**. Gerald Graff (comp.). Limestone, Inc . Evanston: Northwestern University Press,1988

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I: a vontade de saber** 15ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Grail (1976/2003)

FOUCAULT, M. **Doença Mental e Psicologia**, Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1975

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**, 20a. ed. Petrópolis, Ed: Vozes, 1999

GARCIA, M. R. V., **Dragões: Gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda**. Tese de Doutorado em Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOFFMAN, E., **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LACAN, J. **Seminário XVII: O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969-1970

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Hucitec-Abrasco, 1988.

PORCHAT, P. **Psicanálise e Transexualismo: Desconstruindo Gêneros e Patologias com Judith Butler**. Curitiba: Juruá Editora, 2014.

REY, G. F. L. O valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica. In: GONZALEZ REY, F. L. (Org). **Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia**. São Paulo: Thompson Learning, 2005.

REY, G. F. L. (Org.) **Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Thomson Learning, 2003.

RODRIGUES, Marlene Teixeira de. **O Sistema de Justiça criminal e a prostituição no Brasil contemporâneo: administração de conflitos, discriminação e exclusão**; V. 19. Nº01. Brasília: Sociedade e Estado, 2004

SOUZA, Heloisa Aparecida de – **Os Desafios de Trabalho na Vida Cotiana de Mulheres Transexuais**, Campinas: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

WYLLYS, Jean. **Projeto de Lei Gabriela Leite/2012**, Brasília, 2012:

<Disponível 02/05/2015 em:  
[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1012829](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829)>

## 9. Bibliografia Consultada

BARBOSA, Bruno Cesar. "**Doidas e putas**": usos das categorias **travesti e transexual**, Revista Latinoamericana 'Sexualidad', (São Paulo) Salud y Sociedad' nº 14 (2013).

BONSUCESSO, Flávia do. **L'Italia dei Divieti: entre o sonho de ser europeia e o babado da prostituição** ; (Campinas): Cad.

GUIMARÃES, K. , MERCHÁN-HAMANN, E. Comercializando Fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. Florianópolis: **Estudos Feministas**, 2005.

NASCIMENTO, Silvana de Souza; Variações do feminino: circuitos do universo trans na Paraíba, **Revista de Antropologia**, v. 57 nº 2, p: .São Paulo,USP, 2014,

OLIVAR, J. M. N.; Banquete de homens Sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina\*. **Revista Brasileira De Ciências Sociais** - VOL. 26 Nº 75, São Paulo, 2007

PASINI, Elisiane. Limites simbólicos corporais na prostituição feminina – (Campinas) **Cadernos Pagu** 14 (2000): pp. 181-200.;

PASINI, Elisiane. **PROSTITUIÇÃO E A LIBERDADE DO CORPO**. No site CLAM-AMB, 2005 – p-1-7

PELÚCIO, Larissa; "Toda Quebrada na Plástica" : Corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. Curitiba-PR, **Revista Campos, Curitiba** , v. 06, n. 01, p. 97-112, 2005.

PELÚCIO, Larissa; Na noite nem todos os gatos são pardos. Notas sobre a prostituição travesti, Campinas; **Cadernos Pagu n.(25)**, julho-dezembro de 2005, pp.217-248.

PRECIADO, P.B.; **Manifesto contrassexual**, São Paulo: N-1 produções, 2014.

SILVA, Ana Paula da, BLANCHETTE, Thaddeus Gregory;. **Amor Um Real Por Minuto - A prostituição como atividade econômica no Brasil urbano**. In: Parker e Correa (orgs.), *Sexualidade e política na América Latina: histórias, intersecções e paradoxos*. Rio de Janeiro: SPW. pp.192-233, 2009

TEDESCO, Leticia da Luz. **Vender sexo é legal? Relações de trabalho entre agenciadores e profissionais do sexo no mercado sexual brasileiro.**; Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

**Dossiê – Pesquisando Prostituição e mercados do sexo: contribuições, debates e novos desdobramentos:**

<disponível 05/05/2015 em:

<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/issue/view/1539/showToc>>

## **10. Anexos**

### **ANEXO I**

#### **Entrevista – perguntas norteadoras**

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Identidade de gênero:

Como foi para você o processo de se entender enquanto travesti/trans:

Como foi o processo de assumir sua identidade de gênero publicamente:

Profissão:

Como e quando você se tornou profissional do sexo:

Como é sua relação com a profissão:

Como você acha que sua profissão é vista pelas outras pessoas da sociedade:

Acredita que sua identidade de gênero exerce alguma influência na visão das outras pessoas da sociedade em relação a você? E em relação ao seu trabalho?

Como acha que sua profissão é vista por outras profissionais do sexo que não são trans?

Conhece o PL. Gabriela Leite? (se não, apresentar). O que acha dele?

Como vê as implicações, responsabilidades, direitos e deveres que vêm junto com o PL?

**ANEXO II**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO  
PAULO FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE  
CURSO DE PSICOLOGIA

**Termo de consentimento livre e esclarecido**

Convidamos a Sra \_\_\_\_\_ ,  
portadora da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, para  
participar da Pesquisa intitulada: "Discussão das implicações do  
Projeto de Lei Gabriela Leite para travestis e mulheres  
transgêneras", sob a responsabilidade da pesquisadora Maria  
Cecília Burgos Paiva Leite, e sob a orientação do Prof. (Prof<sup>a</sup>) Dr.  
(Dra.) \_\_\_\_\_ Esta pesquisa propõe oferecer possíveis  
contribuições da psicologia para esse debate, visando esclarecer  
ou endereçar outras perspectivas em relação ao Projeto de Lei  
Gabriela Leite e suas implicações. Sua participação é voluntária e  
se dará por meio de entrevista semidirigida e gravada (áudio). Se  
depois de consentir em sua participação a sra. desistir de  
continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu  
consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou  
depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem  
nenhum prejuízo a sua pessoa. A sra. não terá nenhuma despesa  
e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da  
pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não  
será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra  
informação, a Sra poderá entrar em contato com a pesquisadora  
pelo email: [ceciliabpl\\_2@hotmail.com](mailto:ceciliabpl_2@hotmail.com) ou com seu orientador(a),

Eu, \_\_\_\_\_, fui informada sobre o que o projeto da pesquisadora e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós. Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (Assinatura do participante)

\_\_\_\_\_ (Assinatura do Pesquisador Responsável)

### **ANEXO III**

Legenda:

CB – Cecília Burgos (Pesquisadora)

IS – Indianara Siqueira (Entrevistada 1)

HG – Helô Guimarães (Entrevistada 2 – nome fictício)

DF – Denise Ferreira (Entrevistada 3 – nome fictício)

#### **ENTREVISTADA 1:**

CB - É, qual que é é seu nome?

IS – Indianara Siqueira, tá bom?

CB – Sua idade?

IS – Final de 44 anos.

(risos)

CB – Sua identidade de gênero?

IS – Pessoa.

CB – Como que foi pra você se entender enquanto pessoa?

IS - São vários processos, né? Na realidade você [tem?] informações de que você é declaradamente homem, você não se identifica enquanto homem e, enquanto não se identificar como homem, você não tem acesso a certas informações, te então colocam enquanto bi, você não se identifica enquanto bi, enquanto gay, e depois outras informações que daí você vai acessando e que te identificam enquanto travesti, enquanto travesti você tem que ter uma

identidade de gênero declaradamente feminina, daí você quer ser mulher e etecetera e tal, e daí você vai aceitando também várias coisas até você chegar a um ponto que não se definiria enquanto você, até se libertar de tudo isso, é complicado, então é um processo de, não sei, acho que as primeiras décadas da minha vida, até me libertar desse incômodo, acho que aos 30 anos que eu consegui me libertar de muita coisa, passei a me declarar normal como uma mulher de peito e pau e depois comecei a contestar o que é normal na sociedade, o que é ser mulher nessa sociedade, apenas pessoa de peito e pau, hoje eu vou fazer 45 anos e posso dizer que aos 45 anos, quando eu completar, estarei completando meus 45 anos de uma caminhada de liberdade, cada dia.

CB – E em alguns momentos as pessoas se referem a você enquanto travesti e é de alguma forma agressivo a você, você abraça? Porque já vi em alguns momentos você dizendo 'já que a sociedade nos categoriza, eu aceito a categoria travesti'. Como que é isso pra você?

IS – Então, eu gosto muito da categoria travesti, da palavra travesti, por essa marginalidade toda que ela carrega, né? Por uma questão política mesmo, dessa imagem mesmo de travestis e que a gente tem que ressignificar, embora eu ache que não tem que ressignificar nada, entendeu? Porque o povo que construiu e fomos nós que construímos, nós sabemos o porque o povo tem essa imagem, e porque na realidade o povo nos violentava e nós nos defendíamos e muitas se defendiam violentando também esse povo. Só que o povo só nos coloca nós como violentas, né? Na realidade nós fomos provocadas a ser violentas pela violência da sociedade, é completamente diferente, né? Então, transexual é uma palavra mais higienizada, né, mais limpinha, etecetera e tal, e travesti eu prefiro por essa questão, principalmente dessa força que tem a palavra, desse susto que causa nas pessoas, acho isso interessante,

entendeu? Quando se fala 'sou travesti', entendeu, quando está se esperando que se diga 'sou uma mulher trans, sou transexual, não sei o que' a transexual não tem culpa do que lhe aconteceu, entendeu? A travesti não quer saber de nada, entendeu? Mais ou menos isso, é por essa questão que eu prefiro a palavra travesti assim como eu prefiro a palavra 'puta' que 'profissional do sexo'.

CB -E como foi pra você assumir essa identidade de gênero publicamente? Porque eu entendo que tem um processo que é interno, de você ir percebendo essas coisas, e tem um processo que é externo, que é quando a sociedade vai começar também a perceber sua identidade. Como foi isso pra você?

IS - Tem, infelizmente, né, essa coisa na sociedade, do grau de passabilidade, né, então eu tenho um grau de passabilidade enquanto mulher cis, e também é fácil transitar em vários lugares, dependendo de como eu estou me comportando, me trajando, hoje não que eu já não faço mais questão, mas durante muito tempo eu usei muito um disfarce, a mulher muito madame, carregando a bolsa de determinada maneira como madame, vestindo determinada roupa etecetera e tal, então era muito comum madame, eu era muito vista assim, eu tinha um grau de passabilidade nesse sentido, se eu não estivesse envolvida com outras travestis, com outras pessoas trans, eu tinha essa 'vantagem', vamos dizer assim, mas, ao me tornar ativista, nos anos 90, ao me tornar ativista e posar nua pra capa de uma revista masculina internacional, então eu me tornei praticamente uma pessoa pública. Eu não sei realmente em que momento isso foi virando e foi aumentando e eu perdi o controle sobre minha vida pública (rindo), e hoje eu já não consigo mais passar despercebida em determinados lugares. Mas tem alguns lugares do Brasil, claro, quando eu viajo, a não ser num meio específico, que eu sou muito conhecida porque estou sendo esperada

naquele local, mas não consigo caminhar tranquilamente, sem muito alvoroço, mas fora isso, no Rio [de Janeiro], São Paulo, [em] determinados lugares, já não, eu sei que as pessoas tão olhando, eu sei que as pessoas acompanham meu Facebook, o Facebook tornou as pessoas em celebridades automaticamente, então é bem complicado, as pessoas me dizem 'transforme tuas páginas pessoais em fan page', etecetera e tal, gente, com 5 mil pessoas em cada uma já é muito complicado responder a página, vou transformar em fan page, mais não sei quantas mil pessoas, milhões seguindo cada coisa, postagem compartilhada com não sei mais quantas mil pessoas, e aí sobre minha recusa em transformar minhas pages em fan page, as pessoas criaram pages pra mim, então...

CB – ...Indianare-se!

IS – ...Indianare-se, então eu tenho uma que é mais antiga, *Indianara Siqueira Militante Nota 1000*, que foi a Marcia Lima, uma trans ativista de São Paulo, que criou em minha homenagem, acho que foi em 2010, 2013, por aí, alguma coisa, que já tem 5 anos essa página, e era ela que administrava, depois ela passou pra mim, e eu não consigo, tenho que passar pra alguém administrar, é muita coisa. Mas eu não pretendo transformar ela em, bom, não sei, talvez eu até mude de ideia, mas por enquanto não, não pretendo transformar qualquer uma das minhas páginas pessoais em fan page porque eu acho muito complicado. Porque eu falo uma coisa assim e depois de 10 minutos quando eu vejo tá compartilhado com mais de mil pessoas, ou 5 minutos e já tem 200, 300 pessoas que já curtiram, compartilharam, e não sei o que, é meio assustador, é meio... (risos)

CB – O poder da militância.

IS – É, o poder da militância, o poder do ativismo, e é engraçado que é um poder que é fora desse ativismo limpinho, higiênico, né, porque

as coisas que eu falo poderiam ser, é, normalmente eu penso que as pessoas vão achar um absurdo, e vão falar 'que horror', alguma coisa assim, e não, porque eu sou assim, bem direta, bem grossa, aquela coisa assim bem cortante mesmo, entendeu, e acho que disso que as pessoas tão precisando, principalmente desses lugares de extravasar, sabe? Suas coisas, de sair dessas prisões de regras, tudo certinho, etecetera e tal, e acho que isso que tá faltando, sabe? Na sociedade que parece que tá tão presa, tem que se conformar com tanta coisa. Acho que é isso.

CB - E você fala que hoje em dia você tem uma passabilidade em vários lugares, mas no começo, quando você começou sua transição externa, fisicamente, enfim, muito complicado a gente categorizar quando começa a transição... Como que foi pra você, logo de cara, teve essa passabilidade?

IS - Então, aí que tá, é diferente. Na realidade eu sempre tive uma passabilidade, né, mesmo antes de começar essa transição, porque eu começo a hormonização muito cedo, com 12 anos, né, então assim, qualquer coisa, eu já tinha essa aparência andrógina, mesmo, e eu vestia roupas masculinas, bem masculinas mesmo pra fazer essa coisa masculina, pra ter essa passabilidade masculina, né, pra tentar passar dessa maneira por essa questão de ser tão andrógina, então, porque qualquer roupa que eu colocasse, fora do padrão masculino, já representava uma mulher, o povo já não sabia como categorizar aquele corpo, então, quem não me conhecia, era mais uma garota jovem, etecetera e tal, e até eu fazer a transição completa através de roupas, mas, então, eu sempre tive essa passabilidade. E hoje, por conta do ativismo, por ter me tornado uma pessoa pública, eu não tenho mais [passabilidade]. Apesar de ter um corpo com grau de passabilidade, mas eu já me tornei uma pessoa que as pessoas olham e já sabem quem é, então hoje eu já não

tenho mais essa passabilidade em determinados lugares, a não ser que eu vá para certos lugares do Brasil, onde fora do espaço que estão em esperando, ainda possa passar de boa, entendeu? Mas eu sempre tive essa questão, acho que por isso, por essa questão de começar a hormonização muito cedo, então antes dos 12 anos ninguém é muito masculino ou muito feminino, acho que as pessoas são andróginas e quando eu comecei minha hormonização, aos 12 anos, acabou que facilitou.

CB – Qual que é sua profissão?

IS – Puta.

CB – Puta.

IS – Eu já fui assessora parlamentar, então eu já fui uma puta assessora parlamentar, sempre falava que eu era uma puta assessora parlamentar, não que eu fosse a melhor assessora parlamentar, mas é que antes eu sempre seria puta, então, já fui uma puta cozinheira, já fui puta várias coisas e hoje sou só puta, então puta sempre fui e sempre serei. Como não existe ex-puta, uma vez puta você sempre será puta, entendeu, por mais que você se converta ao evangelho, religiões, eu sou ateia mas, enfim, por mais que você se converta 'ah lá, aquela ali, irmã, lembra? Aquela que foi puta' porque puta você sempre vai ser, você pode ser ex-advogada, advogada não atuante, ex-médica, médica não atuante, qualquer outra profissão você pode ser ex, agora uma vez puta, você sempre vai ser puta. (Risos).

CB – Você é uma pessoa muito importante no meio público, no ativismo e na militância no Brasil, não só pelo direito das putas, como pras questões de diversidade de gênero, das travestisgêneres.

IS – Transvestisgêneres.

CB – Transvestisgêneres o termo que você tem usado e eu acho maravilhoso você ter implantado e você considera isso uma profissão também, seu ativismo e sua militância?

IS – Não porque eu não ganho, né? Com meu ativismo. Então não, meu ativismo é uma luta por direito mesmo, né? Uma luta que é justamente uma luta pelo direito a minha profissão ser respeitada, ser regulamentada, etecetera e tal, da profissão de prostituta, de puta, mas não, o ativismo não, o ativismo não é minha profissão, minha profissão é puta mesmo. Eu queria me prostituir mais, mas infelizmente o ativismo me toma tanto tempo que eu queria ter mais tempo de ser puta, mas tenho sido uma puta ativista e não uma ativista puta. (Risos).

CB – E como e quando que você se tornou puta?

IS – Nossa, acho que aquilo que eu falei que eu sempre fui (risos). Acho que eu sempre transei em troca de alguma coisa, nem que fosse só pelo prazer, né? Já que você pode ter sexo em troca de alguma coisa então se pratica sexo em troca de prazer, já é uma prostituição, né? Porque já é o sexo em troca de alguma coisa. Mas eu acho que eu sempre fui puta, acho que oficialmente mesmo, que eu tenha me entendido enquanto puta, foi a partir de 92, eu já tinha meus 21 anos quando eu fui realmente pra profissão pra ganhar dinheiro pra sobreviver.

CB – E como que é sua relação com essa profissão?

IS – Minha relação com a profissão em que sentido?

CB – Como que é sua relação com sua profissão, como você se relaciona com ela, como que você vê ela enquanto uma profissão que você declara...

IS – Ah sim.

CB – Enquanto prática...

IS – Pra mim é a minha profissão, apesar de lidar com certos sentimentos, algumas coisas, é a minha profissão, eu lido de boa, assim, eu encaro de boa, eu falo de boa, porque eu sou puta, claro, né, tem determinados lugares que a gente vê por conta do estigma meio que recua, mas não é por conta da gente não querer falar sobre o assunto, mas mais por conta dos outros, né? Mas é de boa, pra mim ser puta é tão natural, uma coisa tão... Sabe? Eu apenas cobro por sexo, eu me relaciono, minha relação é realmente de boa. Entendeu? Não espero que as pessoas imaginem que eu faça qualquer outra coisa, eu sempre espero que as pessoas olhem, e se me perguntarem, eu falo sim, sou puta. Minha relação é de boa, mesmo.

CB – E bom, você falou um pouco do estigma em algumas situações, e como que é então essa, como você acha que sua profissão é vista pelas pessoas da sociedade, assim, fora da...?

IS – Assim, é uma coisa ruim, é uma coisa suja, é crime, muitas pessoas acham que prostituição é uma ação criminosa e ilegal, etecetera e tal, quando na realidade não é, como é visto pela sociedade é isso, é profissão que mulheres são exploradas, mulheres são violentadas, pessoas são violentadas, etecetera e tal. Por isso que passa, muitas pessoas mesmo que se prostituem, porque querem assumir esse papel, né, de passar pra sociedade que elas não têm culpa, elas também são essa vítima, etecetera, acabam aceitando isso, né? Elas tão de boa, tão felizes, mas elas precisam mostrar pras pessoas que elas não estão tão de boa pra poderem ser aceitas pelas pessoas, não sei se estou me fazendo entender, meio complicado isso, sabe, tipo assim, eu sou puta, eu sou de boa, mas como ser uma puta de boa, entendeu? Seria visto legal pela sociedade? Então eu tenho que fazer sou puta mas não gosto tanto assim de ser puta...

CB – Puta ressentida.

IS – Isso, puta ressentida. Alguma coisa assim, pra sociedade ver, 'é, ela também não tem culpa do que aconteceu', então acho que é isso, se fosse uma coisa tão de boa, sem estigma sem nada, teria bem mais puta dizendo 'sou puta'.

CB – Mas você acha que sua identidade de gênero exerce alguma influência na visão de outras pessoas da sociedade em relação a você e se isso tem alguma relação com seu trabalho?

IS – Com certeza, com certeza. Já esperam que toda travesti seja puta. Entendeu? Então pra mim até é mais fácil ser puta, porque já esperam de mim que eu seja puta. Pra mim é mais fácil do que pra uma mulher cis dizer que ela é puta, entendeu a diferença? Porque se eu falar, as pessoas já estão meio que esperando isso, sabe? Tanto é que quando você fala que é travesti, pra maioria das pessoas, onde você faz ponto, tipo, tem travestis que - e a gente mesmo que é travesti, que é trans, que é transgênera, ou 'pessoa', que é o que eu falo, - eu mesma tive isso por muito tempo, quando amigas minhas tavam falando 'então, hoje chegou um cliente', 'hoje o cliente que veio', eu já imaginava assim, hoje 'o cliente que veio no escritório, no local' porque a gente usava escritório pra dizer o local de prostituição, sobre prostíbulo etecetera e tal, então eu imaginava já o cliente entrando, pagando, ela como uma prostituta, etecetera e tale, às vezes não, era realmente uma profissão que elas faziam de atendente, recepcionista, alguma coisa assim e por conta do estigma, todo cliente, travesti só tem cliente, que é sexo, que é da prostituição, então já tem isso. Então, pra mim, na questão, minha visão facilita, né, a maioria não tem opção de outro trabalho que não seja a prostituição, então já passa que travesti é quase sinônimo de prostituição, então essa questão pra mim, acho, que no meu caso, facilita falar sobre minha vida e meu trabalho.

CB – E você acha que outras pessoas que exercem sua profissão, outras putas , mas que são cisgêneras, que não são trans, você acha que tem uma relação outra quando vê uma travesti que é puta, uma mulher trans que é puta, uma pessoa que não é cis, que não é puta, você acha que elas têm uma visão, como você acha que elas veem isso?

IS – Tem os mesmos estigmas e os mesmos preconceitos transfóbicos, não deveriam porque são pessoas que passam por tantos estigmas juntos e ainda tem muito preconceito vindo por parte de prostitutas, tanto que tem lugares somente para prostitutas cis, né? E às vezes quando tem alguma prostituta trans que entra com um grande grau de passabilidade nesse local para trabalhar e começa a trabalhar meio que escondida e, de repente, claro, nada fica em segredo sempre por muito tempo, então, algum cliente comenta com alguém, algum cliente saiu com ela pede para que alguma das mulheres cis chame, porque essa mulher tem essa particularidade, acaba tendo isso como um fator para sempre usar essa pessoa e isso acaba sendo usado como chantagem, é usado de várias maneiras, mas também é usado de uma maneira vingativa no declarar essa pessoa ao local e dizer que essa pessoa não é 'mulher', que não tem vagina, etecetera e tal, fazer com que essa pessoa seja excluída do local ou então o local acaba usando essa pessoa porque essa pessoa tem um grau de passabilidade conforme que outra travesti ou transexual não tem e que não seria permitido, então tem todas essas questões que uma perpassa a outra e que seria bem complicado, então tem muito preconceito por parte das mulheres cis contra as mulheres travesti e transexuais a não ser que elas precisem estar com as travestis e transexuais por uma questão de proteção e aí elas aprendem a conviver tanto com essas pessoas que elas perdem esse preconceito e esse preconceito termina justamente com essa convivência. Eu conheço muitas mulheres cis prostitutas que em

determinado momento, por terem sido tão agredidas por outras mulheres, por outros lugares onde se prostituíram, acabaram se unindo a travestis e transexuais, e acabou que elas ali conseguiram sobreviver.

CB – Bom, projeto de lei Gabriela Leite. Que você acha dele?

IS – Acho muito bom o projeto porque ele regulamenta o espaço, entendeu? Tem um recorte de gênero e as pessoas sempre usam isso como uma forma de dizer que ele regulamenta a cafetinagem e não as prostitutas, na realidade ele não regulamenta a cafetinagem etecetera e tal, ele faz uma regulamentação através de um acordo que nós já temos com essas pessoas, de 50%, que o movimento decidiu, o movimento achou justo.

CB – O movimento que você fala?

IS – O movimento organizado das putas, achou justo dessa maneira, até 50%. São acordos que nós concordamos porque as pessoas estão cedendo o local, cedendo o espaço, colocando esse espaço à disposição, seria como uma sociedade meio a meio, eu entro com o trabalho e a pessoa entra com o espaço, o financeiro, toda essa parte que eu não queria. A grana etecetera e tal, seria mais ou menos isso, um acordo dessa maneira, uma sociedade meio a meio.

CB – Bom, é que com o projeto de lei vem algumas implicações que são responsabilidade, direitos, deveres que vem, como você mesmo disse, como essa pesquisa tem um recorte da identidade de gênero pra pessoas que não são cisgêneras que trabalham como profissionais do sexo, que também como você mesmo disse, que é estigmatizada, que é marginalizada, como que você vê essas implicações que vêm com os direitos que são garantidos às pessoas a partir do projeto de lei, a pessoas que muitas vezes preferem manter

isso em off, manter isso não publicamente, como você vê essas implicações que viriam junto com esse projeto para essas pessoas?

IS – Então, isso agora está sendo reformulado pelo movimento, a gente tá repensando, por isso o projeto vai sofrer essa reformulação, a gente vai ter que discutir isso de novo, não ficou bem explícito, também, então isso a gente vai rediscutir. Essa questão de... porque na realidade não tinha uma carteira assinada, não tinha nada, as pessoas só se declarariam enquanto profissional do sexo, ninguém teria que assinar carteira nem nada, se tivesse algum contrato seria só entre pessoas, entre o local e as pessoas, então não tinha essa questão de carteira, então continuaria sendo anonimamente, a não ser que haveriam algumas declarações que... mas aí vai de algumas pessoas, que precisam esconder, sempre se consegue né. Mas tem coisas que não ficaram bem explícitas, como alguns direitos, então isso a gente vai rediscutir o projeto.

CB – Então, atualmente, como o projeto se apresenta, antes da reformulação, essas implicações você não tem opinião formada, assim?

IS – Não, é que elas não acontecem, não existe uma exposição das pessoas, no projeto como ele é atualmente, não existe, as pessoas não têm que assinar carteira, não tem nada disso. Não tem que assinar contrato, nem nada, é só uma garantia de direitos mesmo. Né? Regulamentar esse, os arredores, onde a prostituição acontece, para não se sofrer punições, donas e donos dos locais, ter a questão da saúde dessas pessoas, tudo isso é visto nessa questão do projeto, mas a questão de pessoas enquanto profissionais do sexo, não existe nenhum.

CB – E quanto a questão dos direitos, por exemplo, se a pessoa quiser recorrer ao INSS, alguma coisa assim?

IS – Já podemos, na realidade, já podemos pagar INSS através do código brasileiro de ocupações, 5198 405, já pode, a gente paga 20% de tudo que a gente ganha aos cofres públicos, o que faz com que o governo brasileiro seja gerente do puteiro e a sociedade brasileira seja, de certa maneira, todos cafetões e cafetinas, então... mas o que a gente quer é outros direitos garantidos a alguns outros trabalhadores, seja por risco de exposição, seja por determinadas outras coisas que não estão garantidos através do PL, então essas coisas a gente vai ter que rediscutir.

CB – Então, nesse caso, o PL se ele de fato entrar em vigor e virar de fato uma lei, ainda que reformulada, ela só entraria em atuação para as profissionais do sexo, pras putas que recorressem a isso. Não seria enquanto um caráter obrigatório?

IS – Não, não, não seria enquanto caráter obrigatório.

CB – Tem mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar?

IS – Não, tô muito cansada pra isso (risos) pra acrescentar alguma coisa...

**ENTREVISTADA 2:**

CB - Qual é o seu nome?

HG - Helô Guimarães (nome fictício)

CB - Qual a sua idade?

HG - 26 anos

CB - Qual a sua escolaridade?

HG - Ensino médio incompleto porque eu parei no segundo ano do ensino médio.

CB - Qual é a sua identidade de gênero?

HG - Eu me identifico com... eu gosto de ser travesti. Mas, agora, reconhecendo esses novos termos, eu me identifico como uma mulher trans. Uma mulher trans *hétera*<sup>6</sup> porque só curto só homem, eu gosto só de homem, então eu sou uma mulher trans hétero, mas eu gosto de ser travesti. Eu gosto de ser notável, eu gosto de chegar, acontecer, passar, ser passada, ser comentada, ser... comentada de qualquer forma, de... eu gosto de ser vista e travesti gosta de ser vista.

CB - Você acha que tem diferença entre travesti e mulher trans?

HG - É que a mulher trans... eu, durante o dia, eu tenho comportamento de mulher trans, eu não gosto de ser vista e tal, então durante o dia eu sou uma mulher trans assim, uma mulher trans. Durante a noite, eu gosto de ser travesti, eu gosto de ser vista, eu gosto do público, eu gosto da noite, eu gosto da essência da noite.

CB - Como foi seu processo de se entender enquanto travesti, mulher trans?

HG - Vou começar do começo. Eu, com 16 anos, tentei ser gay. Tentei frequentar roda social de gay, essas coisas assim e eu não me sentia bem. Não me sentia bem de cueca, era um gay muito bonito,

---

<sup>6</sup> Para fim de análise do discurso, optamos por manter a formulação original sinalizada em itálico.

que *as gay todas* brigavam pra querer ficar comigo e tal, mas na hora da real ação, eu não sentia prazer por *outra gay*, não sentia prazer por *outra gay*, não sentia. Eu estava ali, tinha sido acolhida por *aquelas gay* e tal, mas não era o que eu queria, eu não queria aquilo. E aí eu assumi a minha identidade travesti, que agora eu descobri que eu sou uma mulher trans, hétero e travesti. Que eu me sinto bem, eu me sinto realizada. Tanto de dia, na noite, de qualquer forma. Hoje, eu sou eu.

CB - Como foi esse seu processo pra você se assumir enquanto você, publicamente, pra sociedade, pra família, quando você começou a se vestir da maneira que você se sente contemplada?

HG - Com a família eu não tive coragem, eu trabalhava num call center, mas registrado certinho com meu nome, só que meu nome de registro tudo e tal, então eu peguei, pedi as contas do emprego, saí de casa, fui morar num hotel no centro da cidade, onde que eu moro. Eu até lembro, paguei uma semana do hotel, eu comprei uma peruca, um salto que eu paguei caríssimo no salto, paguei caríssimo no salto, comprei uma peruca, sabe aquelas perucas de manequim, toda embolada? Comprei uma peruca daquela e duas peças de roupa. E aí falei assim: "eu quero ir pra rua, eu quero descobrir". Quando eu ia trabalhar e estudar, eu passava na avenida e via as travestis do ônibus, estava indo pra escola, trabalhar e tal, aquela vida assim, eu via as travestis na esquina e achava lindo, era meu sonho. Eu achava lindo. Até tentei me incluir no meio delas como gay, mas não deu certo, ficava aquele meio termo entre as travestis, com amizade e *as gay* ali, mas daí eu fui lá e pedi minhas contas e fui pro hotel. Comprei a peruca e como as travestis já me conheciam, comecei a trabalhar no meio delas. Daí, com uma semana, minha tia passou, me viu, me reconheceu, foi lá e chamou minha mãe que me buscou e me levou pra casa. E, desde então, minha mãe compra até minhas

calcinhas. Compra, lava, com a família eu não tive problema nenhum, nenhum, nenhum, com família.

CB - E na sociedade?

HG - Bom, se eu tive eu não vi. Mas, parentes, minha mãe, minha irmã sentiu, mas eu não liguei. Porque acho que o importante é a gente por dentro, não importa que está uma festa, com um monte de gente, todo mundo feliz e você está ali impecável vestindo Paco Rabanne, com o perfume exalando e tal e num sei o que lá, com o melhor salto, o melhor cabelo, a melhor maquiagem, e você não estar bem por dentro. Então eu sou bem, do jeito que eu estou, eu estou bem. Se eu acordar bem, eu estou bem. Quando eu acordo mal, eu não saio nem de casa, eu não falo nem "oi" pra ninguém, mas é muito difícil, muito difícil. Então, pra sociedade eu acho que, na minha opinião, eu não tive problema, mas a minha mãe e a minha irmã, toda vez que a gente sai e eu, travesti de 1,86m, chama a atenção, ela vive brigando com os outros, mas eu não vejo. Eu ignoro, quer dizer, né? Eu acho que eu ignoro, eu ignoro. Sou mais que isso.

CB - E qual é a sua profissão?

HG - Profissional do sexo. Micro empresária do ramo de entretenimento adulto.

CB - Tem algum nome que você goste, sem ser "profissional do sexo" e "micro empresária do ramo de entretenimento adulto"? Tem algumas pessoas que preferem o nome "puta", tem gente que prefere "profissional do sexo", tem algum que você prefira?

HG - A entrevista é sobre mim, né?

CB - É!

HG - Então, eu sou micro empresária do ramo de entretenimento adulto.

CB - Então é esse o título que você gosta?

HG - É lógico, acho chique. (risos)

CB - Então quando você se tornou micro empresária do ramo de entretenimento adulto?

EG - Com 16 anos, quando eu pedi minhas contas, que era aqueles projetos do CIEE, Jovem Aprendiz, que você trabalhava, sabe? E eu fui lá e pedi minhas contas e fui, caí na vida.

CB - E como foi?

HG - Ah, no começo foi ótimo, ótimo mesmo. Era muito dinheiro e por isso foi ótimo.

CB - E depois?

HG - Não é que "e depois?", é que o mercado da putaria é um mercado muito rotativo. Os clientes, [quando você] passou dos 20, já não interessa mais pra eles. Não interessa. Ou você faz cliente, ou você se destaca, ou você é muito bem resolvida e está ali se sentindo a mais bela de todas ou depois dos 20 o mercado se fecha pra você. O mercado da prostituição é assim. Eu ganhava muito dinheiro, muito dinheiro e recusava e era horrorosa, era horrorosa, uma peruca toda embolada, um narizão desse tamanho, a cara de... sem nada no corpo, um jogador de basquete imenso, fazia filas de carro. Por quê? Porque eles veem a inexperiência, a fragilidade, descobrindo o sexo e aí eles *quer* aproveitar. Passou dos 20, só aqueles que *gosta* realmente, uma pessoa decidida, pra sair contigo.

CB - E, atualmente, como é a sua relação com a sua profissão?

HG - Ah, atualmente eu tenho uns clientes fixos, o que me salva. São aqueles clientes que já se tornou nem tanto de sexo, se tornou uma amizade em que eu vou lá, sempre fantasio algo novo na cabeça deles, eu tenho que ficar sempre inventando algo novo pra sempre manter. Daí se hoje eu invento algo novo pra eles, tipo uma fantasia nova ou uma palhaçada nova, que é palhaçada, um fetiche novo, daí consigo manter esse fetiche durante um mês, daí depois a hora que

eu vejo que ele já está perdendo o interesse por aquele fetiche, eu já tenho que programar outro.

CB - E sua relação, e então, com sua profissão, você gosta, você não gosta, que que é? Conta pra mim.

HG - Tem momentos que eu adoro, tem momento que eu odeio.

CB - Que momento você adora e que momento você odeia?

HG - O momento que eu adoro é porque eu sei entrar na mente de uma pessoa, de um cliente. Eu sei disso, eu aprendi com a vida. Apesar da pouca idade que eu tinha ali na cama com ele, nas três primeiras frases eu descubro qual é a fantasia dele no momento. Eu descubro o que ele quer. Então eu exploro aquilo para tentar tirar o máximo ao meu favor e isso, no final, vai definir o preço, que a todo momento eu fico falando "aumentou mais tanto, aumentou mais tanto", que no final vai ser recompensado. A parte que eu não gosto, é que não é mais igual antigamente. Antigamente, quando eu era mais novinha, era eu colocar o pé na esquina e parava uma fila de carros, mas eu não sabia trabalhar para uma fila de carros, mas no final da noite eu estava com pouco dinheiro. Hoje, pode demorar dois ou três dias, mas eu pego um cliente e eu tiro tudo o que eu quero. Mas, mesmo assim, tem vezes que minha autoestima está baixa e eu preciso pisar na rua e fazer fila de carro pra eu me sentir bem, mesmo que seja por pouca grana, mas eu sinto aquela falta de parar vários carros, porque levanta a autoestima.

CB - E como você acha que sua profissão, enquanto micro empresária do ramo de entretenimento adulto, é visto pelas outras pessoas da sociedade?

HG - Foda-se. Pago meus impostos, eu que consumo mais impostos. Os impostos mais caros são consumidos por nós travestis, garotas de programa, nem tanto garota de programa, porque eu estou por fora, mas parece que é 33% de cosméticos no Brasil, né? Eu consumo um pó compacto por semana, uma base por semana, não, uma base a

cada quinze dias, batom é uma semana, creme, xampu, tintura. Eu consumo. Eu quero que a sociedade foda-se.

CB - Bom, você acha que a sua identidade de gênero exerce alguma influência nas outras pessoas da sociedade quanto a você?

HG - Olha, eu ignoro. Sou mais que isso, eu ignoro. Não é que eu ignoro, eu não sei se eu sou inocente demais, ou se eu sou pra frente demais, só sei que eu ignoro, eu não vejo, eu não vejo. Só quando eu estou bêbada assim, se eu bebi muito, estiver trincando, se eu passar num lugar e alguém *coisar* assim, eu arrumo confusão, mas é difícil.

CB - E quanto ao seu trabalho, você acha que a sociedade tem uma visão contra isso?

HG - Com certeza. Com certeza. A sociedade tem sim. Na noite, a gente é rainha, a gente é estrela, a gente é poderosa, a gente é tudo do bom e do melhor. Durante o dia a gente não é nada, a gente é lixo. Perante a sociedade. O mesmo cliente que durante a noite vai lá, transa com você, te paga bem, e as vezes até nem transa, sai com você apenas pra curtir ali o momento, pra conversar, não sei o que lá, durante o dia te encontra no mercado e te ignora.

CB - E como que você acha que sua profissão é vista por outras pessoas que também trabalham da mesma maneira que você, só que ao invés de serem travestis e mulheres trans, são mulheres cisgêneras?

HG - Assim, essa pergunta eu não vou saber te responder, vou te responder pelo povo noturno, igual, nós, travestis e garotas de programa, a gente é super amigas e amigos de taxistas, dono de bar, garçom noturno, é tudo uma amizade, a gente é tudo o mesmo povo. Porque eu estou na esquina, ali, em pé, aí para o taxista e fala "qual é, que merda que está hoje" e aí você fala "pois é, está mesmo, mas vai melhorar, *vamo lá*", "então tá, eu vou tentar correr atrás", "mas eu vou ficar aqui esperando o meu" daí você vai lá, conta umas

moedinhas e vai lá no bar tomar uma cerveja pra ver se chama um cliente, e o garçom "nossa, tá difícil, né?". Então tem essa identificação assim, essa coisa com o pessoal noturno, tem isso.

CB - Mas então, e com as outras profissionais do sexo, que são mulheres cisgêneras, você acha que tem essa mesma identificação? Como que é a relação que se dá?

HG - Tem, tem sim. O pessoal boêmio é unido. Todo mundo que é boêmio, todo mundo que tem uma profissão boêmia, somos todos unidos. Pode até ter uma forma de pensar diferente, alguma forma de agir diferente, mas os profissionais boêmios, de uma certa forma acaba que é interligado um com o outro.

CB - Aí você acha que as profissionais do sexo que são cisgêneras, também são profissionais boêmias estão ali na mesma situação?

HG - Com certeza, com certeza.

CB - E você conhece o Projeto de Lei Gabriela Leite, que =é esse projeto que eu te apresentei?

HG - Que você me falou agora, sim.

CB - E o que você acha dele?

HG - Da mesma forma que eu acho que pode ser bom, eu acho que pode ser ruim. Porque pode começar a... todo mundo sabe que profissional do sexo, micro empresária do ramo de entretenimento adulto, ganha dinheiro. Ganha muito dinheiro mas gasta muito com coisa fútil. Eu acho que pode ser muito capitalizado (é capitalizado a palavra? É.), então acho que, da mesma forma que pode ser útil, pode não ser, porque qualquer pessoa pode ir no INSS e pagar como autônomo, qualquer um, qualquer cidadão. Um cabeleireiro não tem registro em carteira, cabeleireiro paga como autônomo. Ou não? Não? Específico como cabeleireiro? Mas se quiser, se quiser pode colocar como autônomo.

CB - Então você acha que, enquanto prostituta, enquanto micro empresária do entretenimento adulto, por você já poder pagar o INSS , você...

HG - Eu sempre pude pagar, mas não como puta, eu pude pagar como autônoma. Eu sei desse direito, assim, mas eu não sei se é necessário especificar, porque, pra travesti é legal especificar, mas e pra um garoto de programa que depois resolve ter uma família? E pra garota de programa que depois resolve ter uma família? Daí vai estar lá no histórico dela e se ela quiser esconder isso? Porque a travesti não tem que esconder nada pra ninguém. E se a pessoa cisgênero quiser esconder depois e passar? Vai que acontece alguma coisa, se converte pra igreja e quiser esconder? Eu não quero ter que me esconder.

CB - Então você está apontando uma diferença entre as pessoas que são cisgêneras e as pessoas que - são travestis e trabalham enquanto prostitutas?

HG - Não estou botando uma diferença, eu acho, no meu ponto de vista, eu acho que não é necessário.

CB - Não é necessário?

HG - Não, não é necessário a pessoa especificar "estou pagando o INSS por ser profissional do sexo" estou pagando apenas por ser autônoma. Qual seria o direito? Isso tem que ser colocado na balança, isso tem que ser colocado na balança? Qual vai ser o direito que a pessoa profissional do sexo vai ter em cima dessa lei?

CB - Por exemplo, o direito de... quer dizer... por exemplo, todo profissional enquanto outro tipo de trabalho...

HG - Auxílio saúde, após seis meses de contribuição, isso todo profissional tem até o autônomo. Após seis meses de contribuição tem direito a auxílio saúde, tal tal tal, seria os mesmos benefícios?

CB - Tem esses benefícios...

HG - Então pra que especificar profissional do sexo?

CB - Acha que não tem necessidade?

HG - Acho que não.

CB - Como que você vê, então, essas implicações? Você está dizendo que, junto com esses direitos reconhecidos, vêm implicações, responsabilidades, direitos e deveres também, de uma profissional do sexo que tem isso regulamentado enquanto profissão, que vai ter seus direitos específicos, que é uma escolha da pessoa...

HG - Que direitos? Direito a saúde? Direito a saúde todo brasileiro tem. Todo cidadão brasileiro tem direito à saúde. Direito a redução de danos? Todo brasileiro enquanto cidadão tem direito a redução de danos. Pra que especificar? Eu acho que pode ter sim, mas se quiser especificar, especifica, se não, não.

CB - No caso, na lei seria opcional, né, o uso?

HG - Sim, sim, mas daí, por essa lei até aí, futuramente os futuros governantes podem querer obrigar a pessoa que está se prostituindo a obrigar a pagar tributo. Assim eu estou no anonimato. Seria uma forma de opressão. Daí os novos governantes vai lá obrigar, aí manda a polícia com a ordem pública e aí vão pegar todo mundo que está fazendo programa porque não está pagando tributo, não está pagando contribuição no INSS. Não, não sou obrigada, não tenho obrigação a nada, eu estou vendendo o que é meu. Eu não estou pedindo nada pra ninguém. Eu estou vendendo a única coisa que eu possuo, que é meu corpo. O corpo é meu e eu faço dele o que eu quero. Se eu quiser encher ele de bosta dos pés a cabeça, eu encho, o corpo é meu.

CB - Bom tem alguma coisa que você gostaria de acrescentar, que você gostaria de...

HG - Acho que já falei até demais, né? Fui muito clara.

**ENTREVISTADA 3:**

CB – Qual é seu nome?

DF - Denise Ferreira (nome fictício)

CB - Quantos anos você tem?

DF – 32.

CB – Qual é a sua escolaridade?

DF – Até a 8ª série completa.

CB – Sua identidade de gênero?

DF – Sou travesti.

CB - Como foi pra você o processo de se entender enquanto travesti?

DF - Difícil. Muito. Tipo assim... difícil pra mim foi a opressão da família, sabe? Eu sofri muito... então não sabia se eu queria ser travesti ou se eu queria ficar como gay não assumido, sabe? Então foi muito difícil, dentro de casa, e até fora também.

CB – Quantos anos você tinha mais ou menos?

DF - Eu tinha 16 anos

CB - E como foi pra você então assumir a identidade de gênero publicamente? Por que diz que dentro de casa foi muito difícil e fora também um pouco, né?

DF - Sim. Foi muito difícil isso que eu tive que ir pra prostituição pra me assumir, sabe? Tive que sair de casa, tive que ir morar em outra cidade, em outros lugares, porque meu pai não aceitava minhas vestes, como eu queria me vestir, como eu me sentia bem, sabe? Eu me sentia bem de saia. De bustiê. Assim eu me sentia bem. Então dentro de casa eu não podia me sentir bem e ele me proibia, sabe? Aí

fui primeiro pra uma zona da cidade.

Ali eu me declarei travesti, sabe? E foi assim... não foi fácil. Foi muito difícil porque eu era menor de idade, tinha certos lugares menor de idade não pode permanecer.... Um dia eu dormia dentro, dia eu dormia fora.

CB - Na rua?

DF - Sim... Que era postos de gasolina onde ficavam os caminhoneiros, então eu aproveitava os caminhoneiros, eles me liberavam uma caminha junto com eles e eu dormia junto com eles.

CB - Você parou de estudar por causa disso?

DF - Sim... Larguei a escola. Porque também sofri lá. Sofri opressão, sofri bullying. E essa opressão que me fez sair da escola, porque eu não me sentia bem. E os professores não me deixavam bem dentro da sala de aula. Então preferi viver a vida de prostituta na rua que eu aprendia mais coisa que dentro da sala de aula.

CB - Você diria que sua profissão é prostituição?

DF - Sim

CB - Você tem algum termo que preferência? Puta, prostituta?

DF - Puta. Melhor.

CB - Puta!

DF - Sim, é bem mais claro.

CB - Então posso me referir a você como puta?

DF - Sim! Tudo bem.

CB - Bom, então quando é que você se tornou puta?

DF - Com anos. Porque com 16 eu ainda sofri porque eu não era. Eu só me vesti na hora de me prostituir. Depois que saía da prostituição, eu tirava minha roupa e me voltava como eu era. Então, foi uma coisa horrível, que eu não me sentia bem, e assim....

Quando eu me declarei mesmo travesti que eu não ia mais tirar minha roupa, eu ia me mostrar como travesti e me senti super...

super! Foi uma coisa maravilhosa na minha vida. Porque aí eu conseguia me comunicar. Eu não me intimidava. Eu sabia que eu era travesti e que eu era puta, então ali eu tinha que saber conversar, lidar, e até ter mais responsabilidades.

CB - Então você diz um pouco que sua aceitação, enquanto puta, veio muito mais depois que você se aceitou enquanto travesti?

DF - Sim. CB - E como que foi pra você esse processo de se assumir enquanto puta e qual sua relação atualmente com ser uma puta?

DF - Agora? Agora ficou meio complicado, porque muito tempo afastada da escola... eu ganhei uma oportunidade, então tô agarrada nessa oportunidade. Eu quero terminar meus estudos, eu quero ter uma profissão. Uma profissão assim; não puta. Sabe? Eu quero ter uma profissão que a pessoa me vê como cidadã, não só como puta.

CB - Você ainda atua enquanto puta?

DF - Sim. Acho que até a morte. Uma vez puta, sempre puta. Sabe por que eu falo sempre puta? Porque se eu sair, eu posso estar saindo de uma sala de aula. Se eu ver uma pessoa que me agrada e que me chama pra ter uma relação, eu vou e vou cobrar. Então não vou deixar de ser puta.

CB - Entendi. E como você acha que sua profissão, ser puta, é vista pela sociedade?

DF - Mal. Porque a sociedade me vê só como puta, não me vê como ser humano, não me vê como cidadã. Às vezes as pessoas me encontram, mas me encontram só num lugar de prostituição, se eu encontrar num mercado, não vai ser a mesma pessoa que me pegou na rua de prostituição. Então ela não está me vendo como cidadã, como ser humano, ela tá me vendo só como puta.

CB - No mercado finge que não te conhece?

DF - Sim, no mercado finge que não me conhece, nunca me viu. Às vezes fazem até umas chacotas, sabe?

CB - Você acha que sua identidade de gênero, o fato de você ser

travesti e ser puta, você acha que te olham diferente porque você não só ser travesti, não só ser puta. Ser puta E ser travesti?

DF – Sim... Super diferente a visão deles. Tipo assim, para algumas pessoas, não são todas, não são bem vistas, são vistas como objetos, por ser travesti e putas. São vistas como objetos pra fazer sexo, e só isso.

CB – Como você acha que sua profissão, puta, é vista por outras putas que não são trans ou travestis, são cisgêneras?

DF – Acho que é uma visão de sofrimento, porque passa a mesma coisa, ou vive aquela mesma coisa, o mesmo lugar, então o que uma sofre, não vou dizer que todas sofrem, mas a maioria sofre.

CB – Então você acha que enquanto puta e travesti você sofre muito parecido como uma mulher cisgênera e puta?

DF – Sim.

CB – Você acha que a questão de gênero não vai potencializar nada?

DF - Não, eu acho que a gente só é um degrau a mais porque a gente é puta e é travesti. Um degrau a mais do que uma mulher que é cis e é puta.

CB - Como é esse degrau a mais?

DF – É difícil, porque às vezes entre as putas mesmo, a travesti não é vista, porque é uma concorrência pra elas. Sei lá, eu como travesti eu tenho duas ferramentas. Penso assim, cliente, às vezes se sente bem com uma travesti, mas não se sente bem com uma mulher. É um pouco diferente. CB – Quando você fala ferramentas você fala do quê?

DF - Falo do meu órgão genital, e tenho outras coisas, que é o ânus né? Então, às vezes, o cliente gosta do ânus e gosta do órgão genital. E às vezes gostam de usar muito.

CB – Você conhece o PL Gabriela Leite?

DF – Não.

CB - Projeto de lei foi apresentado - O que você acha desse projeto

de lei, que não está na prática ainda, vai ser reformulado para melhorias, mas a estrutura é essa

DF – Para mim é um projeto bonito. Não vou te mentir. Mas sei lá, será que vão ser reconhecidas?

CB - -por que?

DF – O preconceito é muito grande, tem muitas demandas, é aquela coisa demorada, demorada, que chega no fim... sei lá.

CB – Você acha que o fato de ter um preconceito, o fato de estar garantido por lei não vai desconstruir o preconceito, então tem que desconstruir por outro viés que não o legal?

DF – Para mim, sim. Porque acho que vai duplicar o preconceito. A sociedade não aceita nem a puta nem a travesti. Com essa lei vai piorar mais ainda.

CB – Como?

DF – Sim, porque se não aceita agora que não tem lei, imagina com a lei? Pode até fingir, fingir que aceita, mas no fundo, no fundo....

CB - Então como você vê essas implicações, que junto com a lei que te garante alguns direitos, viria alguns deveres, responsabilidades, uma série de coisas junto. Como você vê essa bagagem que vem com a lei, é algo positivo, não é?

DF – Torço. Vamos esperar.

CB – Vale reiterar que a lei só seria utilizada no caso da pessoa escolher usar dessa lei pra lutar por algum direito.

Df – Sei. Porque nós já lutamos ne? Já lutamos sem lei..... E sofremos preconceitos... posso estar enganada, mas se alguém pode lutar com a lei e dar resultado pra gente.

CB - Gostaria de acrescentar algo?

DF – Não, sei lá, acho que deixei um pouco explicado.... Porque, sei lá, as coisas de lei assim, eu às vezes até não discuto. Porque são tantas coisas que falam, que prometem, no final é a mesma coisa.

CB - Fica sem esperança?

DF – Sim... Porque no final, quanto tempo, sabe? Nossa... Eu trabalho desde os 16 anos. Eu escutei a legalização das putas

CB – A de 2008 enquanto profissão?

DF - Isso, enquanto profissão, né? Mas na carteira?

CB – É você tem direito de pagar INSS...

DF – Ah, tem o direito?

CB - Poucas pessoas escolhem fazer isso... Porque pagar enquanto puta você também paga enquanto uma profissão que muitas pessoas preferem manter anonimamente.

DF – Sim.

CB – Você enquanto puta não sabia disso?

DF – Não sabia.... Sabia assim, ouvia comentários pra mulher....

Agora pra travesti para mim é novidade...

CB – Mulher cisgênera que você fala?

DF – Sim... Mulher cis.

CB – Você faz uma diferença entre mulher e travesti na sua fala.

DF – Sim... Eu acho que, sei lá, os lugares que eu passei e eu trabalhei existia muita diferença.... Hoje quebrou muito.... Mas os lugares que passei e trabalhei existia muita diferença. Às vezes eu não podia estar no ponto que uma mulher cis trabalha. Hoje já não é assim... Hoje já é diferente. Elas já aceitam a travesti no ponto junto com elas. Porque também eu acho que algumas sabem de algumas leis... e tão deixando a rua... não dá pra ser polícia. Não é verdade?

CB – Mais alguma coisa que gostaria de acrescentar?

DF – Só isso.

CB – Muito obrigada!

DF – Eu que agradeço, por me empoderar e me desconstruir. Tô começando agora, parei a prostituição, que trabalhei por 15 anos. Então só trabalhei na prostituição, agora eu deixei a prostituição, voltei aos estudos. Agora tô me empoderando, tô entrando na

militância, então agora que eu tô conhecendo leis, sabe? É uma coisa difícil.... Mas uma vez puta, sempre puta.